

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIOVANNA CLAUDINO

O DEBATE NO REINO UNIDO PARA UM ACORDO DO BREXIT

Florianópolis

2019

GIOVANNA CLAUDINO

O DEBATE NO REINO UNIDO PARA UM ACORDO DO BREXIT

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. Dr. Patrícia da Fonseca Ferreira Arienti

Coorientador: Pedro Lange Netto Machado

Florianópolis,

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora nomeada pelo Coordenador de Monografia, resolve atribuir à acadêmica **Giovanna Claudino**, após a apresentação do trabalho intitulado “**O debate no Reino Unido para um acordo do BREXIT**”, a nota 9,5, referente à disciplina CNM 7280 – Monografia

Florianópolis, 18 de Fevereiro de 2020

Patrícia Arienti

Orientador(a)

Pedro Lange Netto Machado

Coorientador(a)

Sandra Regina Leal

Membro

À minha família

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha mãe, Fabiana Serafim, por sempre ter sido minha maior inspiração como mulher, estudante, trabalhadora e mãe. Agradeço aos livros comprados para esta monografia, às horas de conselhos, abraços em meio ao estresse e, sobretudo, por ter me proporcionado uma qualidade de estudo que me permitiu estudar na Universidade Federal.

Agradeço ao meu pai, Marcus Roberto Claudino, que infelizmente não está mais comigo fisicamente, mas sempre estará no meu coração. Sou grata por ter vivido 21 anos ao lado de um homem determinado e prestigiado pelo seu trabalho. Com certeza a sua força me fez ser a mulher que sou hoje e a buscar as minhas conquistas como ele buscou as suas.

Agradeço também aos meus avós, Salete e Hamilton, que são meu chão. Sempre me forneceram o maior carinho e apoio do mundo. Sou muito privilegiada por poder ter mais dois pais na minha vida. Além disso, meu tio, Carlos, uma pessoa que sempre está disposto a me ajudar.

Ao meu irmão, Jorge, e minha prima, Julia, que são meus parceiros para toda a vida e ao meu padrasto, Marcelo, que tornou possível a minha experiência de morar na Inglaterra, a qual auxiliou para a elaboração do presente trabalho. Agradeço todo o apoio que você sempre me deu.

Aos meus amigos e colegas da universidade, que moldaram a minha experiência e estiveram presentes em uma das melhores experiências da minha vida. Em especial à Victoria, por estar ao meu lado antes e durante faculdade; à Ana e Gabriela, por sempre me escutarem e estarem presentes; e, principalmente, à Fernanda, por estar ao meu lado nos meus momentos mais felizes e mais tristes. Sou grata pela nossa amizade e por todas as vezes que você me salvou. Esta conquista só foi possível com uma melhor amiga como você.

Agradeço à minha orientadora, Patrícia, por estar presente na minha história acadêmica muito além desta monografia. Sempre disposta a ajudar e dar atenção.

Por fim, à UFSC, por ter sido um espaço de ensino de qualidade, de inclusão e diversidade. Nesta instituição, eu aprendi novas culturas, opiniões, preferências e, até mesmo intolerâncias. Sou hoje uma mulher mais crítica, mais aberta e diversificada pelo ambiente que a Universidade Federal me forneceu. Obrigada por ser sede das minhas melhores lembranças.

RESUMO

Em Junho de 2016, o governo britânico aplicou um referendo questionando sua população sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. Seu resultado expressou a vontade popular para a saída. O presente trabalho visa analisar as negociações no governo britânico para um acordo de saída do Reino Unido da União Europeia, também conhecido como Brexit, durante o período de dois anos estipulado pelo Artigo 50 do Tratado de Lisboa. Para isso, analisou-se a integração regional europeia, o qual o Reino Unido se encontra, e a ascensão do euroceticismo, com o intuito de compreender a influência do resultado do referendo. A partir disso, a monografia analisou a estrutura política do Reino Unido para identificar complexidades internas. Logo, evidencia-se a dificuldade de obter sucesso na elaboração de um acordo para a retirada do Reino Unido.

Palavras-chave: Integração regional; Euroceticismo; Reino Unido; União Europeia; Brexit; Negociação.

ABSTRACT

In June, 2016, the British government held a referendum questioning its population about whether the United Kingdom should stay or leave the European Union. The result expressed the desire its population had to leave. This work aims to analyze the British negotiations for reaching a deal for the British exit from the EU, also known as Brexit, during the two years established by Article 50, from the Lisbon Treaty. In order to achieve that, this work includes the study of the regional European integration, which the UK participates, and the rise of the Euroscepticism, in order to understand its influence on the referendum. With that, this work analyzes the UK's political structure to identify the internal complexities. Therefore, there is evidence of the difficulty of successfully creating an exit deal for Brexit.

Keywords: Regional Integration; Euroscepticism; United Kingdom; European Union; Brexit; Negotiation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Votos por partido nas eleições gerais de 2010 do Reino Unido.....	12
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado do Referendo do Brexit em 2016	14
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	INTEGRAÇÃO E EUROCETICISMO.....	17
2.1	INTEGRAÇÃO REGIONAL E A CRIAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA.....	17
2.3	O REINO UNIDO NA UNIÃO EUROPEIA E O EUROCETICISMO BRITÂNICO	23
3	ESTRUTURA POLÍTICA DO REINO UNIDO	27
3.1	ESTRUTURA POLÍTICA DA ESCÓCIA	30
3.2	ESTRUTURA POLÍTICA DO PAÍS DE GALES	32
3.3	ESTRUTURA POLÍTICA DA IRLANDA DO NORTE	33
4	DECORRÊNCIAS DO REFERENDO E AS NEGOCIAÇÕES NO PARLAMENTO BRITÂNICO.....	38
4.1	A INICIATIVA DE THERESA MAY E AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2017	39
4.2	NEGOCIAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA E PROPOSTAS APRESENTADAS AO PARLAMENTO BRITÂNICO.....	42
5	CONCLUSÃO.....	52
	REFERÊNCIAS	55
	SITES PESQUISADOS	57

1 INTRODUÇÃO

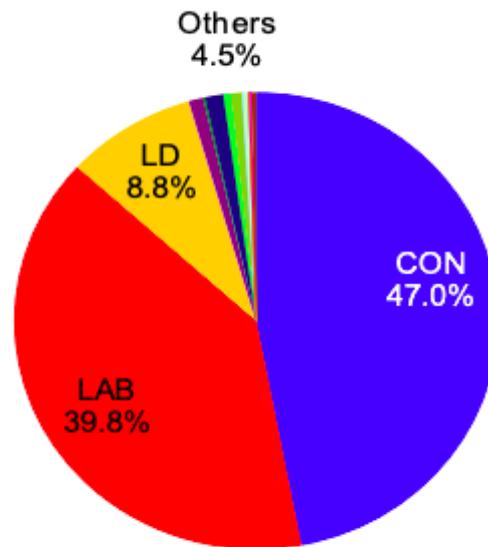
Desde seu ingresso na União Europeia, o Reino Unido mostrou conflitos de interesses e discórdias quanto ao seu papel no bloco. Com isso, o desenvolvimento do euroceticismo marcou uma parte significativa da política britânica¹ junto com demais insatisfações da integração do Estado com a União, o qual resultou em consequências para a conjuntura da política britânica - como o referendo para o Brexit em 2016.

Além do euroceticismo, o desenvolvimento para a iniciativa da saída do Reino Unido da UE pode ser percebida após as eleições gerais de 2005, as quais resultaram na vitória do partido trabalhista, com Tony Blair como Primeiro Ministro, e a terceira derrota consecutiva do partido conservador. Segundo Adam (2019), a permanência do partido trabalhista no poder levou ao partido conservador indicar o futuro primeiro ministro David Cameron como novo líder do partido, um candidato com perfil adequado para auxiliar nos objetivos dos conservadores e, alguém que proporcionava esperança para uma conquista nas próximas eleições.

Assim, nas eleições gerais de 2010, o partido conservador aumentou seu poder no parlamento, adquirindo assentos na Câmara. Contudo, segundo o trabalho de pesquisa de House of Commons Library (2011), o resultado apresentou a falta de maioria partidária na Câmara dos Comuns. Então, criou-se um governo de coalizão. Faltando 20 assentos para o partido conservador tomar a liderança, a coalizão contou com a junção do partido com os democratas-liberais, representado por David Cameron como primeiro ministro, o que levaria ao enfraquecimento dos trabalhistas após três eleições consecutivas no poder. Resultado dos votos no gráfico 1: LD representando os Liberais-democratas, CON representando os Conservadores e LAB representando o partido Trabalhista.

¹ Apesar da Grã-Bretanha se referir à Inglaterra, País de Gales e Escócia e Reino Unido se referir aos três países mais a Irlanda do Norte, vale mencionar que a palavra “britânico” se refere ao Reino Unido neste trabalho

Gráfico 1: Votos por partido nas eleições gerais de 2010 do Reino Unido



Fonte: House of Commons Library (201, p. 5).

Sendo assim, paralelamente ao fortalecimento de David Cameron no Parlamento de Westminster, o Partido de Independência do Reino Unido², conhecido como UKIP, estava em ascensão. Este partido defendia a independência do Reino Unido da União Europeia, levantando discussões sobre o papel do Estado no bloco (O'ROURKE, 2018). Então, devido à conjuntura do país e os crescentes questionamentos sobre a posição do Estado na União Europeia, Cameron anunciou que, se reeleito em 2015, pelo partido conservador, renegociaria os termos do Reino Unido como membro da União Europeia e; em seguida, aplicaria um referendo para escutar a opinião da população sobre a permanência, ou não, no bloco. De acordo com Morphet (2017), o referendo representava uma discussão política de longa data entre os conservadores.

Com isso, as eleições gerais de 2015 levaram à vitória do Partido Conservador e à reeleição de David Cameron como Primeiro Ministro. Consequentemente, o chefe de governo não conseguiu fugir de suas promessas e, dia 23 de Junho de 2016, foi aplicado o Referendo no Reino Unido, questionando a população sobre o apoio, ou não, da permanência do Reino Unido na União Europeia.

² No original “United Kingdom Independence Party”

Previamente à aplicação do referendo, os políticos faziam campanhas expressando sua opinião sobre qual deveria ser o voto da população. Assim, existiam duas campanhas para a saída, chamadas de “Leave Campaigns”. A primeira, formada pela Comissão eleitoral, agregando membros eurocéticos do parlamento de todas as ideologias (conservadores, trabalhistas, democratas) (O’ROURKE, 2018). A segunda campanha, era composta pelo líder do partido UKIP, Nigel Farage, marcada pela sua opinião extremista, populista e anti-imigratória. O seu famoso slogan “Take back control” (Tome de volta o controle) estava em todas as mídias e cidades do Reino Unido. Além de Farage, duas figuras importantes do partido UKIP eram Boris Johnson e Michael Gove (O’ROURKE, 2018).

Por outro lado, de acordo com O’Rourke (2018), a campanha para a permanência na UE contava com o completo apoio do Primeiro Ministro David Cameron, o qual defendia um “Reino Unido mais forte com a Europa”. Além disso, a maior parte do partido trabalhista defendia a permanência na UE. Vale mencionar que, o partido conservador estava dividido na campanha para o referendo, com membros-chaves apoiando a saída do Reino Unido da União (MORPHET, 2017).

Segundo O’Rourke (2018), na sua opinião, duas características marcaram a campanha como peculiar: primeiro, a estratégia da campanha de permanência de utilizar a ameaça de que um Brexit custaria alto, apontando pontos negativos da saída e esquecendo dos benefícios da permanência; e, segundo, nenhuma campanha deu a importância necessária à fronteira entre a República da Irlanda e Irlanda do Norte pós-Brexit. Logo, as campanhas apresentavam vertentes populistas e de propaganda, sem embasamento teórico e político de profundidade.

Nesta conjuntura, dia 23 de Junho de 2016, 51,89% da população britânica votou a favor da saída do Reino Unido da União Europeia e, 48,11% para a permanência. Em cada país, o resultado correspondeu a 59,9% da Escócia e, 52,5% da Irlanda do Norte, votando a favor da permanência na União Europeia; e, 53,38% da Inglaterra e, 62% do País de Gales, votando a favor do Brexit. Vale ressaltar que, na região da capital de Londres, 55,8% de sua população votou a favor da permanência do Reino Unido na UE (SLOAT, 2018).

Tabela 1: Resultado do Referendo do Brexit em 2016

	Saída (%)	Permanência (%)
Reino Unido	51.9	48.1
Inglaterra	53.4	46.6
Escócia	40.1	59.9
País de Gales	38.0	62.0
Irlanda do Norte	52.5	47.5
Londres	44.2	55.8

Fonte: baseado em Sloat (2018). Elaboração própria (2020).

Segundo O'Rourke (2018), por mais que, em primeira instância, aparentasse um resultado surpreendente, diversos fatores estavam presentes na conjuntura britânica que sinalizavam tal resultado. O medo dos eurocéticos pela perda da soberania britânica, crise imigratória, crise do euro após a crise de 2008 e demais motores, levaram ao questionamento da integração do Reino Unido e da UE. De acordo com o autor, mesmo o Estado não adotando o Euro como moeda e não recebendo imigrantes diretamente da crise imigratória, os acontecimentos listados moldaram um contexto em que um Brexit se mostrasse favorável.

Então, o termo “Brexit” originou da abreviação de “british exit” (saída britânica) e, passou a ser utilizado popularmente para expressar o processo de saída do Reino Unido da UE. Dessa forma, como este processo de saída foi uma iniciativa pioneira, é importante estudar o que levou à decisão britânica ao voto de retirada; assim como, analisar o debate dentro do Parlamento do Reino Unido e entre o estado membro e a União Européia, para entender as dificuldades para chegar a um acordo do Brexit.

Assim, após o resultado do referendo, como será abordado durante o presente trabalho, o Reino Unido utilizou o artigo 50 do Tratado de Lisboa como ferramenta para iniciar sua retirada da UE. Este artigo estabelece um prazo de dois anos para o país membro finalizar seu processo de saída do bloco, após a solicitação. Portanto, como o Reino Unido solicitou o acionamento do artigo 50 em março do 2017, seu prazo estabelecido pelo tratado seria março de 2019. Estes dois anos será o período de delimitação de análise das negociações para o Brexit nesta monografia.

Com isso, para entender o Brexit e as dificuldades do governo britânico em chegar a um acordo de retirada durante as negociações após o referendo, será analisado o surgimento e a ascensão do euroceticismo, especificamente no Reino Unido, o qual teve papel importante no voto da população britânica. Além disso, a fim de entender as contingências internas do governo britânico, que dificultaram e continuam dificultando um acordo de retirada, é relevante abordar a estrutura política da região. A partir disso, é possível descrever a complexidade da política do Reino Unido e a dificuldade do governo britânico em chegar a um acordo de retirada durante as negociações pós referendo até o prazo previsto para a saída: 29 de março 2019.

Durante o período de negociação estudada, o Reino Unido estava sob a liderança de Theresa May, do partido conservador. Segundo Gibbon (2017), o maior desafio do governo de May foi encontrar um ponto em comum entre as partes divididas internamente ao partido conservador e entre os demais partidos do parlamento britânico. A Primeira Ministra, então, tinha o desafio de encontrar uma solução que correspondesse com o resultado do referendo para a saída da UE e que, ao mesmo tempo, não antagonizasse com os 48% restantes da população que desejava permanecer no bloco.

Diante dos aspectos acima, o objetivo geral deste trabalho é analisar a dificuldade do governo britânico em alcançar um acordo para o Brexit até o prazo estabelecido pelo Artigo 50 do Tratado de Lisboa. Para alcançar este objetivo geral, foram estabelecidos outros três objetivos específicos: (1) entender o papel do euroceticismo britânico frente ao processo de retirada do Reino Unido da União Europeia; (2) apresentar a estrutura política do Reino Unido para entender a complexidade interna; e (3) analisar as negociações do parlamento britânico durante o período do artigo 50 do Tratado de Lisboa.

O Brexit é relevante academicamente devido ao seu aspecto pioneiro e sua negociação é um fenômeno novo para a política internacional. Conforme será abordado ao longo da monografia, o euroceticismo também é uma vertente nova o qual ainda está começando a ser explorada e compreendida no campo acadêmico. Assim, estudar as negociações para a retirada do Reino Unido da UE e as suas influências são aspectos importantes a serem abordados. Todavia, a sua contemporaneidade resulta na escassez de análises teóricas e pesquisas sobre o assunto, dificultando a disponibilidade de bibliografia para o estudo presente.

Portanto, a fim de atingir os objetivos do trabalho, propõe-se uma pesquisa de fontes primárias como jornais, revistas e sites oficiais do governo – principalmente por meio online – e por fontes secundárias como livros, artigos e pesquisas. Com este estudo, o trabalho está dividido em três capítulos além desta introdução e as considerações finais. O primeiro traz a conceituação de integração, principalmente a integração regional da União Europeia, com o intuito de compreender a relação entre o Reino Unido e a UE, assim como a integração se estrutura, para dar uma base ao surgimento do euroceticismo. O primeiro capítulo é complementado pela definição do euroceticismo e o desenvolvimento do euroceticismo britânico. Assim, o segundo capítulo apresenta a estrutura política do Reino Unido, a fim de abordar cada país o qual compõe a região e suas características. Por fim, o terceiro capítulo analisa a iniciativa da Primeira Ministra, Theresa May, para as negociações no Parlamento britânico e as propostas apresentadas ao longo do período estabelecido pelo Artigo 50 do Tratado de Lisboa junto às respostas e contrapropostas da União Europeia.

2 INTEGRAÇÃO E EUROCRETICISMO

A fim de esclarecer a conjuntura da saída do Reino Unido da União Europeia, é importante conceituar o fenômeno da integração. Para isso será utilizado teorias sobre integração e integração regional, com o intuito de entender a relação entre membros integrados. Com isso, buscou-se abordar as características particulares da relação entre a UE e o Reino Unido e como ela se construiu. Além disso, o presente capítulo apresenta a teoria do eurocreticismo, o qual é um conceito novo na área acadêmica e utilizada para explicar os constrangimentos entre o Reino Unido e a UE, resultando no Brexit.

2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL E A CRIAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Para compreender a relação entre a União Europeia e o Reino Unido e as características que culminaram no voto popular britânico para a saída do bloco, é de extrema importância abordar a teoria da integração, direcionando-a ao modelo europeu em que o Reino Unido está inserido. Para isso, Mônica Herz e Andrea Ribeiro Hoffman (2004), em seu livro *Organizações Internacionais: história e práticas* apresentam a teoria da integração regional - definição e tipos de integração – e, utilizam a União Europeia como um dos modelos para explicar o conceito.

De acordo com Herz e Hoffman (2004, p. 160), “o termo integração regional envolve dois conceitos básicos: integração e região”. A região é formada por uma localidade territorial com características econômicas, políticas, socioculturais, entre outras, correspondentes; e, integração é um processo em que atores³, inicialmente independentes, se unificam e viram um “todo”. Portanto, a integração regional pode ser definida como “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (HERZ, HOFFMAN, 2004, p. 160).

Segundo Geddes (2013), a integração leva à criação e manutenção de padrões de interação entre os Estados participantes em dimensão econômica e política - podendo afetar estados não membros e fronteiriços. O autor argumenta que a integração possui uma dimensão formal

³ Segundo as autoras, os atores envolvidos podem ser classificados como governamentais ou não governamentais e, também, nacionais, subnacionais ou transnacionais.

baseada em resultados como tomada de decisões, novas leis, instituições e políticas. Todavia, embora a integração regional se refira a diversas áreas temáticas de cooperação entre os estados membros - sociais, econômicas, políticas, sociais e culturais - vale ressaltar os tipos de integração econômica.

Conforme abordam Herz e Hoffman (2004), a integração econômica pode ser executada em etapas, apresentando diferentes níveis de integração. Em primeiro lugar pode-se observar a área de livre-comércio, a qual elimina as tarifas comerciais entre seus membros, mas mantém tarifas diferentes para terceiros; o segundo nível de integração é através da união aduaneira, que estabelece uma área de livre comércio com tarifa externa comum; a terceira integração econômica é pelo mercado comum, o qual apresenta uma harmonização da política comercial e livre circulação de bens, serviços e pessoas, além da tarifa externa comum; e, por fim, a integração através da união monetária, caracterizada pela harmonização da política monetária, estabelecendo uma moeda comum (HERZ, HOFFMAN, 2004).

Com isso, o processo de integração europeia se destaca dos demais modelos por suas características específicas e históricas de criação de instituições e organizações regionais, as quais deram origem à União Europeia (UE), em 1993, através do Tratado de Maastricht. De acordo com Herz e Hoffman (2004), historicamente os países da Europa iniciaram integrações superficiais, mais evidentemente após a Segunda Guerra Mundial, como a união aduaneira de Benelux em 1944 - Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo – e, o Plano Marshall em 1948, o qual foi uma iniciativa estadunidense para reconstruir os países aliados após a Segunda Guerra Mundial. Ainda segundo os autores, o Plano Marshall apresentava como requisito a cooperação entre os Estados europeus, fomentando a integração europeia, e deu origem à Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), envolvendo dezesseis países do continente - incluindo o Reino Unido.

Nesse contexto, em 1950, o político Robert Schuman propôs “a criação de uma organização supranacional para coordenar a produção de carvão e aço da França e Alemanha, aberta a outros países europeus interessados” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 170). O objetivo dessa organização seria essencial para evitar novos conflitos entre os dois países, os quais foram o epicentro das duas guerras mundiais. Sendo assim, para Herz e Hoffman, nessa época, a produção siderúrgica representava o principal processo de industrialização e desenvolvimento

econômico da Europa. Portanto, com o apoio de Jean Monnet⁴, seis países europeus se interessaram na elaboração do projeto de Schuman - França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos - e, segundo Herz e Hoffman (2004), compareceram à Conferência para a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 20 de Junho de 1950. Vale ressaltar que, “o Reino Unido, embora fosse o principal produtor de carvão e de aço da época, resistiu fortemente a participar de um projeto de caráter supranacional” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 171)

Em 1951, foi assinado o Tratado de Paris, o qual propunha a criação da CECA, entrando em vigor em 1952. Segundo Herz e Hoffman (2004), junto à integração, a comunidade negociou acordos bilaterais de comércio, destacando o Acordo de Associação com o Reino Unido, e investimentos sociais no setor siderúrgico. O Reino Unido não ingressou à comunidade, pois não concordava com a supranacionalidade e com a ideia de mercado comum promovida pela comunidade, mas sim, com uma área de livre-comércio. O principal eixo de divergência se referia à soberania do Estado, devido ao seu caráter supranacional. Isto significava que, em políticas específicas, como comércio, os membros seriam obrigados a ceder poder (ou soberania) à instituição para decisões obrigatórias. Todavia, apesar da discórdia do Reino Unido, o mercado comum “começou a ser implementado a partir de 1959, alcançando uma união aduaneira em julho de 1968” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 175).

Ainda segundo as autoras, o processo de integração europeia começou a avançar lentamente a partir dos anos 60. Nesse período, o Reino Unido começou a dar indícios de adesão à comunidade. Contudo, Charles de Gaulle, presidente francês, rejeitou a participação do Estado em dois pedidos de ingresso, argumentando estar protegendo a supranacionalidade da organização. Então, em 1969 de Gaulle foi substituído pelo presidente, George Pompidou, o qual “propôs um programa de ação para aprofundar e alargar a integração” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p 176). Dessa forma, um dos principais resultados do programa foi o projeto para a integração monetária e a adesão, em 1973, da Noruega, Dinamarca, Irlanda e Reino Unido; e, posteriormente, Grécia em 1981 e Portugal e Espanha em 1986. Logo, o aprofundamento da integração se concretizou após a queda do muro de Berlim, em que os Estados institucionalizaram o processo com o Tratado de Maastricht, o qual entrou em vigor em 1993 e criou a União Europeia (UE). Vale ressaltar que o Euro foi lançado após alguns

⁴ Comissário-geral do Plano de Modernização e de Equipamento da França em 1950

anos, com a aprovação do Conselho Europeu de Maastricht. Segundo o site da União Europeia, em 1999 o euro passou a tratar de uma moeda invisível, utilizado apenas para efeitos contábilísticos e pagamentos eletrônicos e dia 2 de Janeiro de 2002 as moedas e notas de euro entraram em circulação em doze países da União Europeia – não incluindo o Reino Unido.

De acordo com Geddes (2013), a UE passou a ser uma entidade tanto política quanto econômica, a qual trabalha para uma integração de ambos os níveis. Sendo assim, é inegável o direcionamento do bloco para o campo econômico, apresentando níveis de integração regional econômica - união aduaneira, mercado comum, união monetária - e, acompanhado de uma política estrutural para apoiar seus objetivos econômicos. Ainda segundo o autor, o sistema político da UE é estruturado por três vertentes: pela autoridade legislativa, a qual é representada pelo Parlamento Europeu e Conselho de Ministros; autoridade executiva, gerenciada pela Comissão da União Europeia⁵; e, a autoridade jurídica, representada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. O Conselho da União Europeia reúne funções legislativas e executivas e é a base mais reconhecida e legitimada pelo Reino Unido como fonte de tomada de decisão (GEDDES, 2013).

Logo, após a criação da União Europeia, o bloco assumiu um papel crescente nas políticas regionais de seus países membros, o qual forneceu domínio e responsabilidade sobre áreas-chaves de controle nacional, colidindo mais diretamente à soberania dos estados e identidade nacional (GEDDES, 2013).

2.2 EUROCRETICISMO

Como descrito anteriormente, a integração da União Europeia e o seu poder sob os países membros expandiu desde sua criação. Com isso, gerou-se mais espaço para questionamentos e incertezas sobre o papel do bloco entre os países europeus, dando origem ao eurocreticismo. De acordo com Hansen (2008), este termo entrou em discussão de forma evidente nos anos 90, no Reino Unido, e foi teorizada por alguns autores.

⁵ No original “The European Commission”

Apesar da teoria eurocética ser interpretada como uma visão negativa e cética à integração europeia, vale ressaltar que esta vertente atribui aspectos positivos. Segundo Hansen (2008), o euroceticismo demonstra maior conscientização, interesse e capacidade crítica do público, além de lembrar que não se pode governar sem consentimento popular. O autor menciona que estimula um exame mais profundo das opções políticas da União Europeia e aumenta o envolvimento da população europeia nos processos políticos.

Portanto, Hansen (2008) apresenta teorias distintas de euroceticismo para concluir sua própria definição. Inicialmente, o autor explica que a palavra “cético” é interpretado como uma atitude de dúvida ou uma disposição de descrença. Para Flood (2002 apud HANSEN, 2008), o euroceticismo carrega o significado de dúvida ou desconfiança da integração europeia, enquanto que para Harmsen (2008) o termo é definido como uma oposição direcionada a União Europeia, a qual é intensificada no Reino Unido diante dos demais países membros. Para Hansen (2005; 2008) o euroceticismo é cético ao projeto completo da União Europeia.

Demais definições apresentam um aprofundamento na teoria eurocética. George (2000 apud HANSEN, 2008, p. 25), apresenta três graus de euroceticismo: “1) dúvida sobre a forma que a integração está tomando; 2) dúvida sobre os benefícios e conveniências de uma maior integração; e 3) hostilidade ao projeto completo da União Europeia”⁶. Já, Taggart e Szczerbiak (2002 apud HANSEN, 2008) definem o euroceticismo como a ideia de contingência ou oposição qualificada ao processo de integração europeia, o qual pode ser dividido em dois aspectos para separar o termo contingência ou oposição qualificada (*soft*) da rejeição do processo da União Europeia (*hard*). Logo, segundo os autores, o euroceticismo *soft* significa que há um ceticismo perante áreas específicas as quais levam à oposição da União Europeia, enquanto o euroceticismo *hard* significa a completa rejeição da integração e defende a retirada do país do bloco.

Segundo Hansen (2008), a literatura sobre o euroceticismo foca mais em categorizar o conceito do que o que ele implica. Analisando a palavra euroceticismo, o autor refere ‘Euro’ à cooperação completa da integração, assim como de áreas específicas da integração europeia, e ‘ceticismo’ à atitudes ou disposição de desaprovação, o qual reflete em um sentimento e

⁶ “1) doubts about the form that integration is taking, 2) doubts about the benefits and advisability of further integration and 3) hostility to the European project as a whole. The thesis agrees a long way with this definition as it combines dimensions of euroscepticism” Tradução nossa

abordagem a longo prazo. Então, de acordo com Hansen (2008, p. 31), “o euroceticismo é a desaprovação e reserva de caráter duradouro as quais são direcionados para a União Europeia inteira ou para áreas políticas especiais ou desenvolvimentos”⁷.

Além da teoria eurocética, Hansen (2008) apresenta dimensões políticas⁸ em que influenciam o euroceticismo, como a utilidade da União Europeia e a ameaça à soberania aos países membros. Dessa forma, a discussão central sobre a utilidade da União Europeia para os países participantes do bloco, parte “do cálculo da expectativa de ganhos e perdas através integração europeia” (HANSEN, 2008, p. 32). Portanto, o autor defende que a UE é dirigida por uma agenda econômica e, conseqüentemente, seus membros avaliam seu desempenho através das conquistas econômicas. Existem duas formas de analisar os benefícios econômicos em apoio à integração entre os membros europeus: benefícios diretos e indiretos. De acordo com Hansen (2008), os objetivos diretos se referem aos pagamentos da UE para os seus membros, enquanto que os benefícios indiretos se referem a características da integração como comércio internacional, oportunidades, entre outros.

A discussão sobre a soberania dos países da UE é abordada desde sua criação, conforme descrito anteriormente. Hansen (2008) aborda que, na discussão de soberania dos Estados encontra-se uma questão controversa do que é a soberania, quem a detém e qual o impacto da integração. Segundo McCormick (2005 apud HANSEN, 2008, p. 38), “Soberania é normalmente definida como o direito de segurar e exercer autoridade”⁹.

Para Hansen (2008), os eurocéticos defendem que em uma integração como a União Europeia a soberania é transferida para uma instituição supranacional. Portanto, os países estão sujeitos a leis e práticas as quais servem o interesse de um Estado maior - União Europeia - e seus principais membros. Conseqüentemente, esta transferência de soberania e a harmonização de padrões nacionais causam inquietação pública, como se observa no Reino Unido e o referendo de 2016. Além disso, outra preocupação apresentada por Hansen (2008) é a falha na tomada de decisão do poder supranacional em levar em conta as necessidades e interesses nacionais.

⁷ “euroscepticism is disapproval and reservations which are of a more durable character and are directed towards the entire EU or towards special policy areas or developments” Tradução nossa

⁸ O autor apresenta a dimensão de utilidade, democracia, soberania e rejeição, porém no presente trabalho será relevante abordar a dimensão utilitária e soberana.

⁹ “Sovereignty is usually defined as the right to hold and exercise authority” Tradução nossa

Sendo assim, Hooghe e Marks (2004, apud HANSEN, 2008) argumentam que a identidade nacional possui papel importante em determinar as atitudes com a integração europeia. Segundo Hansen (2008), a identidade pode ser vista como exclusiva, onde se acredita na nacionalidade pura ou como inclusiva, em que há uma identidade europeia além da nacional. Portanto, a oposição ao projeto europeu não é apenas sobre a hostilidade das instituições ou a apreensão de perdas econômicas, mas também, um símbolo de ameaça à identidade nacional de seus membros, tornando-os eurocéticos (MCLAREN apud HANSEN, 2008, p. 40).

Sendo assim, conforme já mencionado, os anos 90 foram marcados pelo surgimento do “euroceticismo” no Reino Unido, o qual pode ser referido como a corrente de pensamento que denuncia a integração com a UE como negativa. De acordo com Evans e Menon (2017), além de ser motivada pelo conservadorismo social, inclui aspectos fundamentais como o controle político e a ameaça à soberania. Também envolvem questões financeiras, pois desde a entrada na Comunidade Econômica Europeia, o Reino Unido questiona como injustiçado, forçado a pagar caro pelo privilégio de financiar os membros do bloco. Por fim, Imigração, pela falta de controle do ingresso de imigrantes no Estado, principalmente originados de países do leste europeu ao entrarem na União Europeia.

De acordo com Startin (2015), existem três momentos em que se pode visualizar a ascendência do euroceticismo. Primeiro, no Tratado de Maastricht, pois houve um longo debate e divisão do partido conservador durante o processo de ratificação do tratado pela característica de integração do mesmo; o segundo, se evidencia na entrada de novos membros na União Europeia entre 2004 e 2007, principalmente por integrantes do bloco comunista, agravando a xenofobia em questões migratórias; e, o terceiro, marcado pela crise econômica de 2008 e crise da zona do euro, desencadeando questionamentos sobre a eficácia do modelo econômico europeu.

2.3 O REINO UNIDO NA UNIÃO EUROPEIA E O EUROCETICISMO BRITÂNICO

Conforme abordado, a supranacionalidade caracteriza a relação entre a União Europeia e seus estados membros. Portanto, a UE é uma organização vinculada a tratados, negociados entre os membros e a união, os quais passam por seus órgãos e são transformados em leis, regras e obrigações dos estados (GEDDES, 2013). Este aspecto da UE garante a supranacionalidade

do bloco. Um governo supranacional possui implicações importantes para a soberania de um país, ou seja, “a integração europeia desafia a autoridade soberana de seus estados-membros” (GEDDES, 2013, p. 25).

Ainda segundo Geddes (2013), enquanto que a União Europeia influencia diversos setores da política britânica, pontos políticos centrais permanecem de responsabilidade do Parlamento, como saúde, educação, leis. Vale ressaltar que, o Reino Unido é o único sistema político o qual a UE não é o supremo legislativo. O Reino Unido mantém a postura de Winston Churchill de estar “com” a União Europeia e não ser “da” União Europeia, por continuar buscando relações políticas e comerciais com países fora do continente europeu.

Geddes (2013) aborda que, desde os anos 90 a opinião pública britânica se opõe cada vez mais à integração europeia. Desde o ingresso do Reino Unido na União Europeia, nos anos 70, sua relação com o bloco sempre se manteve marginal. O Estado não participou dos primeiros passos da UE nos anos 50 e do seu desenvolvimento, havendo desacordos até sua participação no bloco, 20 anos depois. Portanto, é importante analisar os constrangimentos dessa relação para entender a crescente oposição à União Europeia no Reino Unido, chamada de “euroceticismo”.

Conforme Hansen (2008) explica, os níveis de participação nas eleições para o Parlamento Europeu foram, no geral, os mais baixos da Europa desde a primeira eleição em 1979; e, partidos anti-UE, como a UKIP (United Kingdom Independence Party), tiveram grandes sucessos em suas campanhas para a retirada do Reino Unido da União Europeia. Ademais, ambos os principais partidos britânicos, conservador e trabalhista, possuem uma divisão interna na questão da integração europeia, o qual gera conflito de opiniões dentro dos partidos. Além disso, o Reino Unido detém inúmeros acordos exclusivos com a UE, os quais permitem condições exclusivas, como a participação da União Monetária e Econômica e do acordo de Schengen - a abertura de fronteira e livre circulação de pessoas (HANSEN, 2008).

Geddes (2013) aborda que o Reino Unido apresenta um “tradicionalismo” na sua política e que, sua soberania parlamentar é um princípio constitucional primordial. A participação na União Europeia resultou em alterações e influências na economia, política e sociedade britânica. Então, a integração europeia não é considerada como uma política externa, pois alcança atividades domésticas. Sendo assim, o Reino Unido fez um ‘upload’ de prioridades

políticas e preferências para a UE, assim como fez um ‘download’ de leis e regras da União Europeia para seu sistema político (GEDDES, 2013). É possível observar isto na não adesão da união monetária e econômica após a criação da União Europeia.

Após a proposta de uma moeda única em 1997, o então primeiro ministro do Reino Unido, Tony Blair, declarou cinco testes econômicos para ser alcançado para o governo britânico aceitar o euro. Segundo Segal (2019), os testes incluíam (1) ciclos e estruturas econômicas compatíveis o suficiente para o Reino Unido conviver com a taxa de juros da zona do euro; (2) o sistema deveria ser flexível o suficiente para lidar com problemas econômicos agregados e locais; (3) o euro deveria conduzir firmas e indivíduos a investirem do Reino Unido; (4) o euro mataria os serviços financeiros competitivos internacionalmente; e (5) adotar o euro promoveria um maior crescimento, estabilidade e trabalhos. Para o autor, os testes eram tão difíceis serem atingidos, que justificaria a permanência da libra esterlina.

Para Geddes, após 1992, a palavra “euroceticismo”¹⁰ foi inserida no *Oxford English Dictionary*. Nos anos 1990, o eurocepticismo de direta surgiu no primeiro plano da política britânica com efeitos explícitos nas eleições do partido conservador. Assim, para analisar a conjuntura do Brexit, é possível elencar esta tendência com o período discutido no presente trabalho. Aqueles céticos à UE enxergam o bloco como deteriorador das fundações políticas britânicas, pela sua ameaça à soberania e supremacia legislativa. Neste sentido, o engajamento histórico, político e institucional do Reino Unido com a UE possui pontos importantes para observar o euroceticismo, o qual pertence a uma das motivações ao resultado do referendo para a retirada do país da união (GEDDES, 2013).

Segundo Evans e Menon (2017), antes do referendo a opinião pública já estava em alguns termos definida. Os autores defendem que, para a população, o Reino Unido na UE era algo bom ou ruim e envolvia a discórdia entre aqueles socialmente liberais e conservadores sobre questões de autoridade, ordem, ética e liberdade, e não sobre pontos tradicionais como redistribuição e saúde.

De acordo com Geddes (2013), a relação entre o Reino Unido e UE apresenta “constrangimentos”. Primeiro, observa-se a posição geográfica do Estado, o qual se apresenta

¹⁰ No original ‘eurosceptic’

como uma ilha com apenas uma fronteira com a UE, através da República da Irlanda. Sendo assim, o autor apresenta que há uma complexa política de identidade interna do Reino Unido, o qual possui características multinacionais e multiculturais. A população britânica está mais apta a considerar a União Europeia como uma ameaça à identidade nacional. Gibbon (2017) aponta que a população do Reino Unido quando perguntada sobre sua identidade europeia, o resultado de pessoas que se identificavam como ‘europeus’ foi significativamente menor do que a população dos demais países da União Europeia.

Geddes (2013) aponta que a população nos países devolvidos do Reino Unido, como País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, são menos “euroceticistas” do que a população inglesa. Isto pode ser evidenciado nos resultados do referendo para o Brexit, em que Escócia e Irlanda do Norte votaram pela permanência na União Europeia. Vale ressaltar o Programa para a Paz e Reconciliação na Irlanda do Norte na UE após os conflitos internos na região, o qual aponta o papel reconhecido do bloco nos assuntos nacionais da Irlanda do Norte.

Logo, conforme abordado por Geddes (2013), a política doméstica desempenha um papel primordial na integração europeia. Então, é necessário explorar características conceituais e organizacionais da política britânica. Segundo o autor, quando o impacto de políticas europeias é grande perante a autoridade nacional, é essencial analisar os partidos dos países e sua posição favor ou contrária à integração com a união europeia. Logo, o presente trabalho busca, no capítulo seguinte, analisar a política do Reino Unido e de seus países constituintes.

3 ESTRUTURA POLÍTICA DO REINO UNIDO

Para compreender a conjuntura da saída do Reino Unido da União Europeia - também conhecido como Brexit - é de extrema importância abordar, no presente trabalho, a estrutura política do Reino Unido, a qual possui características específicas no sistema internacional e na sua relação com a União Europeia. Com isso, é fundamental explorar as características da política britânica e colocá-las frente ao processo do Brexit para entender a sua influência para a retirada da União.

De acordo com o site oficial do governo britânico, o Reino Unido é uma monarquia constitucional com seu poder executivo exercido pelo Primeiro Ministro - ou chefe de governo - em nome do Monarca¹¹ - ou chefe de estado - o qual se compromete a um Parlamento e seu eleitorado. Portanto, o Reino Unido é um sistema parlamentar composto por quatro países constituintes: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales.

Segundo Silveira Neto (1962), o parlamentarismo surgiu, evoluiu e estratificou-se na Inglaterra e o que o caracteriza é, sobretudo, ser um governo de gabinete. Desde o século XI, o rei possuía um conselho privado constituído por barões e elementos do alto clero e quando necessitava resolver assuntos específicos escolhia determinados representantes, os quais formavam um pequeno colegiado ou mesmo um gabinete. “Aos poucos tal gabinete foi adquirindo poder e o principal membro do mesmo estendia-se diretamente com o rei” (SILVEIRA NETO, 1962, p. 237). Posteriormente, elementos da burguesia também se envolveram com o governo, dando origem mais tarde à Câmara dos Comuns. Segundo o autor, este processo mostrou que o regime britânico evoluiu da aristocracia para a democracia. Sendo assim, o parlamentarismo pode ser considerado um sistema político representativo, em que o executivo representa a sociedade em geral e que o conselho de ministros dirige a política geral do país (MALUF, 1999).

O Parlamento do Reino Unido, também chamado de Parlamento de Westminster ou Parlamento Britânico, é o supreme corpo legislativo dos territórios pertencentes à Coroa e é composto pelo Monarca (a coroa), a Câmara dos Lordes¹² (aristocracia) e a Câmara dos

¹¹ Elizabeth II é a rainha do Reino Unido desde 1952

¹² No original “House of Lords”

Comuns¹³ (popular). Dessa forma, segundo informado pelo site oficial da coroa, a Câmara dos Comuns é uma câmara eleita e representada por 650 membros das constituintes britânicas e pelos ministros - incluindo o Primeiro Ministro do Reino Unido. Além disso, a região de Whitehall, em Londres, ou Palácio de Whitehall, é o principal campo administrativo do governo, o qual é composto por ministérios e departamentos políticos.

A execução do governo do Reino Unido se concentra principalmente na cidade de Londres, capital da Inglaterra, onde está situado o Parlamento, a Casa dos Comuns, Whitehall¹⁴, Tesouraria da sua Majestade¹⁵, e os demais setores do governo. Na teoria, o poder legislativo supremo se assegura na Coroa; porém, na prática, a execução legislativa consiste nas tomadas de decisões do Primeiro Ministro sob orientação e aprovação da Rainha dentro da Casa dos Comuns. Logo, segundo o site oficial da coroa, o poder legislativo se concentra na Casa dos Comuns, em que são aplicadas as discussões de propostas políticas e negociações entre seus membros. Para a estruturação do governo, eleições gerais são aplicadas a cada 5 anos, compondo o parlamento com os membros do parlamento. O partido com maioria de assentos adquiridos indicará o Primeiro Ministro. Todavia, esta praxe estabelecida é rompida quando há uma moção de desconfiança (“vote of no confidence”) ou após dois terços dos membros do parlamento votarem a favor de eleições antecipadas. Vale ressaltar que, a conjuntura da saída do Reino Unido da União Europeia resultou na primeira aplicação de eleições gerais antecipadas por votação no parlamento, através do chamado da primeira ministra Theresa May em Abril de 2017 - aplicada em Junho de 2017.

Os países membros do Reino Unido - Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales - possuem um sistema de devolução em seus governos, em que há uma concessão de poderes específicos, antes regido pelo governo britânico, à administração política regional de cada país membro. Então, a partir da condição de devolução, poderes de áreas nacionais são devolvidos a cada país membro para administração própria. A devolução já esteve presente de diversas formas na história do Reino Unido e em outras partes do mundo. Segundo o Serviço Civil¹⁶ do Reino Unido, em seu guia “*Introduction to Devolution*”¹⁷, hoje, isso significa que

¹³ No original “House of Commons”

¹⁴ Whitehall é a região em Londres onde estão localizados os principais departamentos do governo britânico.

¹⁵ No original “Her Majesty’s Treasury”

¹⁶ No original “Civil Services”

¹⁷

Disponível

em:

<https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/770300/IntroductionToDevolution.pdf> Acesso em: 13 set, 2019.

existem legislaturas e governos distintos na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, os quais exercem poderes sobre uma série de áreas que anteriormente haviam sido preservadas ao governo do Reino Unido. No caso da Inglaterra, o governo desenvolveu um sistema de descentralização sem haver uma legislatura separada. Cada legislatura devolvida possui um assentamento de devolução, estabelecido e expandido através dos Atos do Parlamento britânico¹⁸, os quais apontam as competências legislativas, ou seja, áreas políticas, do corpo devolvido.

O sistema de devolução foi estabelecido após referendos em 1997 na Escócia e País de Gales e em 1998 na Irlanda do Norte. Estes, resultaram na criação do Parlamento Escocês¹⁹, Assembleia Nacional de Gales²⁰ e a Assembleia da Irlanda do Norte²¹. O governo britânico, liderado pelo Primeiro Ministro em 10 Downing Street²², Londres, é responsável pela política nacional de todos os poderes não devolvidos, conhecidos como os poderes reservados²³. Dessa forma, as principais áreas reservadas ao parlamento em Westminster são: a constituição, defesa e segurança nacional, política externa, imigração e cidadania e política de impostos - Vale ressaltar que a Escócia possui sua própria política de impostos.

Segundo os documentos do serviço social²⁴ do Reino Unido, algumas áreas políticas são devolvidas à legislatura de cada país e algumas ficam reservadas ao Reino Unido de forma distinta entre os países. Por exemplo, a fiscalização política é devolvida na Irlanda do Norte e Escócia e reservado em Gales. Logo, o sistema de devolução no Reino Unido é caracterizado pela sua assimetria, o qual apresenta uma constante evolução em níveis de poder nos três países. Como o serviço social britânico ilustra, isto se dá pela história subjacente e influência política do Reino Unido nas quatro nações.

A respeito da devolução e colaboração dentro do Reino Unido, segundo o Serviço Civil da União, como o governo britânico funciona através de departamentos separados em Whitehall, os processos internos podem levar mais tempo que o normal para serem efetuados. Isto se aplica a processos de acordo coletivo que estipula novas legislações, políticas e consultas, as

¹⁸ No original “Acts of UK Parliament”

¹⁹ No original “ Scottish Parliament”

²⁰ No original “National Assembly of Wales”

²¹ No original “Northern Ireland Assembly”

²² Endereço da residência oficial do Primeiro Ministro do Reino Unido

²³ No original “Reserved Power”

²⁴ No original “Social Services”

quais devem ser aprovadas por todos os membros dos gabinetes. Portanto, para colaborar com este fato, cada departamento do governo britânico possui um coordenador de devolução, o qual trabalha para garantir uma relação eficiente entre o governo do Reino Unido e suas nações devolvidas. Então, a estrutura política do Reino Unido depende da execução adequada do Parlamento de Westminster junto com os governos de cada país os quais compõem a região.

Além de abordar a política do Reino Unido de forma geral, é importante analisar as individualidades do governo de cada país membro, a fim de compreender como elas influenciam o Brexit e a complexidade e dificuldade de um consenso do governo britânico.

3.1 ESTRUTURA POLÍTICA DA ESCÓCIA

A Escócia possui uma união política com a Inglaterra desde 1707 e, desde então, é representada por membros do parlamento para discutir questões constituintes em Westminster, Londres. Após o referendo de 1997, o Parlamento Escocês tem o seu próprio poder legislativo, através do Ato da Escócia de 1998²⁵, o qual atua sobre a condição de devolução.

O Ato da Escócia de 1998²⁶ especifica quais questões estão reservadas ao Parlamento britânico. Aqueles poderes não reservados estão devolvidos ao Parlamento Escocês, o qual foi criado após o Ato e possui poder legislativo primário. Localizado em Edimburgo, o Parlamento é formado por 129 membros do parlamento escocês responsáveis pelas áreas devolvidas.

Sob o Ato, estão devolvidos poderes envolvendo agricultura, desenvolvimento econômico, educação, meio ambiente, saúde, justiça, transporte, entre outros. Em 2012, segundo o guia de devolução do governo²⁷, o Ato foi ampliado, devolvendo demais poderes secundários, como por exemplo, a lei da taxa de tolerância de álcool no trânsito, e demais poderes. A Escócia é representada por 59 membros do parlamento na Câmara dos Comuns no parlamento britânico, eleitos pelas constituintes escocesas baseadas em seus territórios.

²⁵ Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1998/46>> Acesso em: 12 Set, 2019.

²⁶ No original “The Scotland Act 1998”

²⁷ Disponível em <<https://www.gov.uk/guidance/devolution-settlement-scotland>> Acesso em 02 Jan 2020

Dentro desta conjuntura, o aumento da devolução de poderes e a independência escocesa são os principais debates políticos no país e ganham gradativamente mais espaço, principalmente em discussões eleitorais. O partido com maior número de assentos no parlamento e de maior popularidade na Escócia é o Partido Nacional Escocês²⁸ (PNE), liderado por Nicola Sturgeon, o qual promove uma maior devolução e independência escocesa. Nas eleições de 2015, de 59 assentos escoceses na Câmara dos Comuns no parlamento britânico, o PNE conquistou 56 assentos e, nas eleições gerais de 2017, manteve 35 assentos²⁹, um resultado disparado em relação aos demais partidos escoceses.

Apesar da devolução de poderes, a busca pela independência escocesa ganhou um espaço relevante na política do país. Em 2014 foi realizado um referendo questionando a população do país se a Escócia deveria ser independente do Reino Unido. Mesmo com 55,3% da população votando pela permanência no Reino Unido, o resultado expressou uma porcentagem relevante daqueles que votaram pela independência (44,7%)³⁰.

Logo, em seu arquivo “Choosing Scotland’s Futures”, o governo escocês, liderado pelo PNE, apresenta que a questão central da política escocesa cerca em torno de, se o Parlamento Escocês deve manter um status de devolução - buscando ampliá-lo gradativamente – ou, se deve buscar a existência independente, seja pela independência ou federação. Vale ressaltar a importância da saída do Reino Unido da União Europeia, para a opinião da população da Escócia quanto à independência. Neste contexto, após o resultado do referendo do Reino Unido pela saída da União Europeia em 2016, Nicola Sturgeon propôs um segundo referendo³¹ à população escocesa, questionando o desejo pela independência, desde que a conjuntura britânica sofreria consideráveis mudanças. Apesar de inicialmente ter sido rejeitado por Theresa May, a qual argumentou que o foco deveria ser a negociação do Brexit, a primeira ministra escocesa continuou apresentando propostas para um referendo.

²⁸ No original “Scottish National Party”

²⁹ Disponível em <<https://www.theguardian.com/politics/ng-interactive/2017/jun/08/live-uk-election-results-in-full-2017>> Acesso em 22 Dez 2019

³⁰ Disponível em <<https://www.gov.uk/government/topical-events/scottish-independence-referendum/about>> Acesso em 18 Dez 2019

³¹ Disponível em <<https://news.gov.scot/news/scotland-must-have-choice-over-future>> Acesso em 18 Dez 2019

3.2 ESTRUTURA POLÍTICA DO PAÍS DE GALES

O país de Gales possui a união mais antiga com a Inglaterra entre os países do Reino Unido. Sua integração política e econômica está fortemente atrelada ao parlamento britânico, mesmo o país buscando a devolução dos poderes desde os anos 90. O referendo pela devolução em 1997 deu fruto ao Ato do Governo de Gales de 1998³², o qual estabeleceu a devolução galesa e os poderes legislativos e executivos à Assembleia Nacional de Gales³³, criada em 1999 a partir do referendo.

Segundo Antoniwi (2019), político do partido trabalhista de Gales desde a devolução em 1998, o foco político principal da Assembleia Nacional de Gales está na entrega de serviços públicos, como saúde e educação, não desmerecendo a evolução das transformações políticas, sociais e legislativas. Portanto, em 2006, o escopo dos poderes devolvidos foi ampliado com um novo Ato do Governo de Gales de 2006³⁴. Este ato substituiu o corpo corporativo com uma nova Assembleia Nacional de Gales e um executivo separado formado por ministros membros da assembleia, a Assembleia do Governo de Gales³⁵. Após estes atos, demais devoluções secundárias foram emitidas e, discussões sobre a administração do país em relação ao Reino Unido, continuam presente na política nacional.

O governo de Gales é liderado pelo primeiro ministro, atualmente Mark Drakeford, do partido trabalhista, o qual possui maior representação política entre os partidos do governo. Segundo o governo galês, a Assembleia Nacional de Gales, tem como principais funções: a representação do país e sua população, fazer as leis nacionais, elaborar acordos de impostos e segurar responsabilidade do governo galês. A assembleia é composta por 60 membros eleitos e é localizada em Cardiff.

Sendo assim, durante as eleições gerais do Reino Unido, o País de Gales elege 40 representantes para compor a Câmara dos comuns em Westminster, com atual representatividade majoritária do partido trabalhista. Por este motivo, Gales prioriza a permanência do Reino Unido no mercado comum da União Europeia, como é um país de

³² No original “The Government of Wales Act 1998”

³³ No original “National Assembly for Wales”

³⁴ No original “The Government of Wales Act 2006”

³⁵ No original “Assembly for the Government of Wales”

grande mercado agrícola, ressaltando a importância de um acordo ao sair do grupo econômico.

3.3 ESTRUTURA POLÍTICA DA IRLANDA DO NORTE

A integração da Irlanda do Norte ao Reino Unido e seu relacionamento possui um contexto mais complexo que os demais países membros, devido ao histórico de conflitos religiosos e políticos da região. Sendo assim, os problemas entre o Reino Unido e a Irlanda são antigos, e se estendem até a data abordada no presente trabalho.

Após a Revolução Francesa, no final do século XVIII, a Irlanda e Grã Bretanha se uniram formando o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda. Como um ponto central da revolução era o republicanismo, esta vertente irlandesa continuou mesmo após o fim da revolução. Portanto, se opondo à união com a monarquia britânica, os republicanos irlandeses e demais nacionalistas da Irlanda buscavam a independência, resultando em um fenômeno político e religioso, envolvendo, também, católicos e protestantes³⁶.

Entre 1919 e 1921, a guerra pela independência irlandesa foi travada entre o Exército Republicano Irlandês, também conhecido como “IRA” (Irish Republican Army), e as forças britânicas. Este conflito ocorreu após anos de tensão entre o norte e sul do país, pela constante busca dos republicanos por uma independência irlandesa da Grã Bretanha. Parte da região norte da Irlanda, conhecida como Ulster, se identificava com a cultura britânica e defendia a permanência da Irlanda no Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda³⁷. Vale ressaltar que, uma característica marcante do conflito, o qual se pode observar até o presente, é a divisão entre os Unionistas, predominantemente protestantes apoiadores da união com a Grã Bretanha, e os Nacionalistas, predominantemente católicos, os quais buscavam a independência.

Segundo o historiador Kevin O’rourke (2018), após a Guerra pela Independência na Irlanda em 1921, a Irlanda se tornou um estado independente. O “cessar-fogo” resultou na assinatura do Tratado Anglo-Irlandês (1921), o qual possibilitou a região norte de Ulster permanecer no Reino Unido formando, então, o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte.

³⁶ Disponível em <<https://www.wesleyjohnston.com/users/ireland/past/history/19191921.html>> Acesso em 13 Dez 2019

³⁷ Disponível em <<https://www.britannica.com/place/Northern-Ireland/Cultural-institutions#ref484095>> Acesso em 14 Dez 2019

Contudo, ainda segundo o autor, mesmo após o fim da Guerra da Independência, os conflitos continuaram. Na década de 60, a hostilidade se agravou, iniciando um período de intenso combate entre os protestantes defensores da união com o Reino Unido e os nacionalistas, predominantemente católicos, ainda defendidos pelo IRA. Este período é conhecido como “The Troubles”, um confronto sangrento e de perda significativa.

Após anos de discórdia, no final da década de 90, a Irlanda abriu mão da reivindicação territorial pela Irlanda do Norte e foi implementado um referendo com o intuito de ouvir a opinião da população sobre o futuro da Irlanda do Norte. De acordo com O’rourke (2018), o Reino Unido reconheceu que o status constitucional da Irlanda do Norte dependia somente de sua população nacional. Portanto, o referendo de 1998 resultou na permanência da Irlanda do Norte no Reino Unido e foram aplicadas reformas sob o Ato da Irlanda do Norte de 1998³⁸.

Este resultado deu fruto ao Acordo de Belfast de 1998³⁹. Vale mencionar que um aspecto importante do Acordo, o qual auxiliou para o fim da violência, foi a oportunidade dada à população nascida na Irlanda do Norte de escolher a nacionalidade a qual se identificava mais: norte irlandesa, britânica ou ambas. Logo, o acordo possui três seções: a primeira, aborda questões internas da Irlanda do Norte; a segunda, sobre a relação do território irlandês, entre o sul (república) e norte (Reino Unido); e, a terceira sessão, trata da relação entre o governo britânico e a Irlanda do Norte, o qual, então, estabeleceria a condição de devolução de poderes para o Reino Unido, como os demais países membros no mesmo período.

Dessa forma, a devolução de poderes resultou na criação da Assembleia da Irlanda do Norte⁴⁰, o qual, segundo o guia do Governo do Reino Unido, se responsabiliza pelas principais questões econômicas e sociais do país. Então, na devolução norte irlandesa, existem os poderes transferidos, os quais são tratados pela assembleia da Irlanda do Norte; os poderes reservados, aos quais pertencem ao governo do Reino Unido, mas, por tratar de questões nacionais norte irlandesas, envolvem a Assembleia da Irlanda do Norte; e, por fim, poderes excluídos, os quais são tratados somente pelo governo do Reino Unido, sem chance de ser

³⁸ No original “Northern Ireland Act 1998”

³⁹ No original “The Good Friday Agreement 1998”

⁴⁰ No original “Northern Ireland Assembly”

devolvido, tratando de assuntos como a constituição, relações exteriores, defesa, segurança, entre outros.

Sendo assim, o poder legislativo se apoia na Assembleia da Irlanda do Norte, situada na cidade de Belfast, a qual é composta por 90 membros eleitos. Já, segundo o guia do Governo do Reino Unido, o poder executivo norte irlandês é estruturado a fim de uma inclusividade e divisão de poderes, regido pelo Primeiro ministro e vice Primeiro Ministro irlandês, os quais atuam em conjunto. Além disso, a representatividade no parlamento em Westminster, Inglaterra, é executada por 18 membros do parlamento eleitos a partir de cada constituinte do país. Vale ressaltar que atualmente os 7 membros do parlamento do partido nacionalista se recusam a prestar juramento à rainha Elizabeth II do Reino Unido.

Portanto, com o histórico de conflitos e pela estrutura política do país, é possível visualizar que no contexto da saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, a Irlanda do Norte possui um papel fundamental no processo de negociação. Isto, pois, além da sua complexidade interna política e religiosa, após a saída do bloco econômico, a Irlanda do Norte terá a única fronteira terrestre com a União Europeia e o Reino Unido, através da República da Irlanda.

Segundo o historiador e economista O’rourke (2018), a Irlanda do Norte não foi mencionada durante a campanha do Brexit, e não foi dada a importância necessária à este empecilho para a saída. Todavia, este é um dos pontos centrais nas negociações dentro do parlamento britânico, em Westminster. De acordo com o historiador, o retorno à fronteira física e visível seria tomar passos para trás na história irlandesa, pois, após anos de busca pela paz, alcançou-se uma fronteira praticamente e essencialmente invisível, desconstruindo divisões físicas e ideológicas entre a população da Irlanda e Irlanda do Norte.

Dessa forma, o autor ressalta que, apesar de não ter sido a União Europeia quem solucionou os conflitos, o fato do Reino Unido e a Irlanda serem membros simultâneos do bloco econômico, é crucial para apaziguar as contingências da região. Esta conjuntura foi um impulso para normalizar o relacionamento entre os dois Estados e para eliminar os controles das fronteiras, o qual facilitou a convivência de nacionalistas na Irlanda do Norte, os quais são residentes, mas não cidadãos, e unionistas na República da Irlanda (O’ROURKE, 2018).

3.4 ESTRUTURA POLÍTICA DA INGLATERRA

A estrutura política da Inglaterra forma uma parte significativa da política do Reino Unido, pois dispõe da maior população, maior território, PIB e possui uma relação diferenciada com a União, se comparada aos demais membros. À vista disso, o Parlamento do Reino Unido situa-se em Londres, Capital inglesa, assim como a Tesouraria de sua Majestade, a maioria das residências monárquicas e o centro administrativo do Reino Unido “Whitehall”.

Com isso, é importante analisar que desde a União, em 1707, a Inglaterra não detém de um governo independente da União, sendo regida pelo Parlamento do Reino Unido como poder centralizado. Após o Ato da União de 1706⁴¹, as tradições, procedimentos e ordens do então Parlamento Inglês foram transferidos para o Parlamento do Reino Unido, incorporando novos setores para se adequar à união. Portanto, com esta conjuntura, é possível visualizar a distinção entre a estrutura inglesa dos demais países do Reino Unido, pois o país passou a adotar, majoritariamente, o governo do Reino Unido como sua administração nacional, enquanto que Escócia e País de Gales mantiveram um nível de legislação própria.

Após a integração da Irlanda do Norte e os referendos de 1998, como mencionados anteriormente, o Reino Unido passou a ter condição de devolução de poderes para o País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte. Este processo resultou nas assembleias de cada país, assim como o parlamento Escocês, proporcionando uma identidade política separada e distinta do Reino Unido. Então, esta conquista dos demais países deixou a Inglaterra, a qual possui mais de 80% da população do Reino Unido, como o único país da região a ser governado diretamente pelo governo do Reino Unido na maior parte de suas áreas. Isto originou uma questão política chamada de “West Lothian Question” ou Questão Inglesa, a qual, segundo arquivos⁴² da biblioteca da Casa dos Comuns, se refere à falta de correspondência à devolução de poderes da Inglaterra perante aos demais países com poderes devolvidos ao Reino Unido. Esta questão concerne à possibilidade do País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte votarem ou opinarem em assuntos políticos que envolvem e influenciam somente a Inglaterra e, após a devolução, não ser concedido o inverso. Logo, segundo a publicação do parlamento sobre a questão inglesa, em termos mais abrangentes, ela simboliza a assimetria territorial da

⁴¹ Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/aep/Ann/6/11/contents>> Acesso em: 19 Out, 2019.

⁴² Disponível em: <<https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN07027>> Acesso em 17 Out, 2019.

devolução e o nível de representação das áreas devolvidas. Apesar de não ser um foco central em discussões parlamentares, a questão inglesa se encontra mais próxima de divergências entre a relação escocesa-inglesa do que da relação com os demais países.

Com isso, a Inglaterra possui um papel fundamental para o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, por sua dimensão política e física, a qual compõe a região. Sua representação⁴³ na Casa do Comuns (“House of Commons”) em Westminster conta com 533 membros e segura 9 constituintes, dentro de 12, representadas no Parlamento Europeu pelo Reino Unido.

Logo, conforme abordado no presente capítulo, a política britânica apresenta características únicas. Sua estrutura interna é dividida entre países com individualidades, os quais possuem opiniões e consequências diferentes referentes ao Brexit. Assim, após contextualizar a integração regional e apresentar o euroceticismo britânico, apresentamos a estrutura política do Reino Unido, o qual nos auxilia para entender como as negociações internas são executadas no governo britânico e seus impactos na busca de um acordo do Brexit.

⁴³ Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/how/elections-and-voting/constituencies/>> Acesso em: 19 Out, 2019

4 DECORRÊNCIAS DO REFERENDO E AS NEGOCIAÇÕES NO PARLAMENTO BRITÂNICO

Após o resultado do referendo da saída do Reino Unido da União Europeia, dia 24 de Junho de 2016, o primeiro ministro David Cameron, pronunciou sua renúncia com um discurso em frente à sua residência, 10 Downing Street:

[...] o povo britânico tomou uma decisão muito clara em seguir um caminho diferente, portanto eu penso que o país requer uma nova liderança para tomar esta direção. Eu farei o possível como Primeiro Ministro estabilizar o barco nas próximas semanas e meses, mas acredito que não seria certo eu tentar ser o capitão que pilota o país para seu novo destino. Isto não é uma decisão que tomei levemente, mas eu acredito que é de interesse nacional um período de estabilidade e em seguida de uma nova liderança. [...] A negociação com a União Europeia precisará começar com um novo Primeiro Ministro e eu acredito ser correto este novo Primeiro Ministro tomar a decisão de acionar o Artigo 50 e iniciar um processo formal e legal para a saída da União Europeia (CAMERON, 2016).⁴⁴

A partir de então, Adam (2019) explica que, enquanto a população nacional e internacional digeriu o resultado e as possíveis consequências do referendo, o partido Conservador se concentrou em buscar sua nova liderança para o governo. Dessa forma, entre as opções para a substituição de poder, em menos de um mês, Theresa May assumiu o cargo de Primeira Ministra e passou a ter o papel de traduzir o voto da população britânica e buscar a negociação para o Brexit. Antes de ser Primeira Ministra, May era Secretária de Estado⁴⁵, em que se responsabilizava pela imigração, polícia e demais questões de segurança do Reino Unido. Portanto, devido ao seu antigo cargo, May se expressava contra políticas migratórias da União Europeia e o formato que compunha o bloco, principalmente nas regras de livre movimentação da UE (ADAM, 2019).

De acordo com Adam (2019), quando Theresa May assumiu o governo, um dos seus principais desafios era reconciliar as partes divididas do partido Conservador, em que estavam

⁴⁴ “the british people have made a very clear decision to take a different path, and as such I think the country requires fresh leadership to take it in this direction. I will do everything I can as prime minister to steady the ship over the coming weeks and months, but I do not think it would be right for me to try to be the captain that steers our country to its next destination. This is not a decision I have taken lightly, but I do believe it is in the national interest to have a period of stability and then the new leadership required [...] A negotiation with the European Union will need to begin under a new prime minister, and I think it is right that this new prime minister takes the decision about when to trigger Article 50 and start the formal and legal process of leaving the E.U.” (Tradução nossa).

⁴⁵ No original “Home Secretary”

desgastadas por conflitos políticos e pela campanha do Brexit. Para isso, a Primeira Ministra nomeou políticos defensores e contrários ao Brexit para cargos diretamente conectados à União Europeia. Boris Johnson, político então popular por seus discursos anti UE, foi apontado como “Foreign Secretary”, equivalente ao Ministro das Relações Exteriores. David Davis, membro do parlamento adepto ao Brexit, assumiu o departamento de saída da UE. Porém, May também cedeu o seu antigo cargo de Secretária de Estado à Amber Rudd, uma política que apoiou a permanência na UE. Portanto, Theresa May balanceou as vertentes antagônicas e conflitantes para compor seu governo. Segundo o autor, apesar dos esforços, a Primeira Ministra não se mostrava uma líder capaz de solucionar os enfrentamentos no partido, pois o debate abrangia temas suscetíveis.

Sendo assim, o resultado do referendo havia expressado um simples voto de saída sem solução, sem um caminho claro de como seria a conjuntura do Reino Unido sem a UE e quais seriam os próximos passos a serem tomados. Logo, as discussões irreconciliáveis anteriores ao referendo teriam se agravado entre os partidos, no parlamento e na sociedade britânica, e, como será apresentado no restante do trabalho, foram acompanhadas de incessantes falhas de negociação do governo no Parlamento britânico.

4.1 A INICIATIVA DE THERESA MAY E AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2017

Após Theresa May assumir o governo, o restante de 2016 foi caracterizado pela tentativa de dar ao Brexit uma estrutura e criar uma abordagem estratégica para a negociação com a União Europeia. Dessa forma, segundo Gibbon (2017), o maior desafio seria encontrar um ponto em comum entre as partes divididas internamente ao partido conservador e entre os demais partidos do parlamento britânico. A Primeira Ministra, então, passava a ter o desafio de encontrar uma solução que correspondesse com o resultado do referendo para a saída da UE e que, ao mesmo tempo, não antagonizasse com os 48% restantes da população que desejava permanecer no bloco. Além disso, de acordo com Gibbon (2017) era necessário um resultado aceitável tanto para o Reino Unido, quanto para a União Europeia.

Com isso, conforme expressado em seu discurso, o ex-Primeiro, Ministro David Cameron, havia sugerido acionar o Artigo 50 do Tratado de Lisboa para iniciar o processo de retirada da UE. Segundo o “Institute for Government” (2016), o Artigo 50 representa o único mecanismo

legal para um membro sair da União Europeia, acordado por todos os países ratificantes em 2009. Este Artigo estabelece os passos a serem tomados pelo país que deseja retirar-se de suas obrigações do tratado.

Segundo o art. 50 do Tratado de Lisboa (2009), qualquer Membro de Estado pode decidir se retirar da união de acordo com seu requerimento constitucional. Para isto, o Estado deve notificar o Conselho Europeu de suas intenções e, assim, negociar e concluir um acordo com o mesmo, levando em conta sua futura relação com a União Europeia.

Os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-Membro em causa, decida, por unanimidade, prorrogar esse prazo (TRATADO DE LISBOA, 2009, Art. 50, §2º)

Dessa forma, em janeiro de 2017, a Primeira Ministra se posicionou publicamente pela primeira vez com seu discurso em “Lancaster House”, em Londres, apontando seu plano para o futuro relacionamento do Reino Unido e UE e abordando o acionamento do Artigo 50 do Tratado de Lisboa. Seguido de seu discurso, a Câmara dos Comuns realizou uma votação para um projeto de lei de governo, o qual abriu caminho para declarar o Brexit nos termos do Artigo 50 com 494 votos a favor e 122 contra (MORPHET, 2017). Então, a votação afirmou o comprometimento do Reino Unido em seguir com a sua saída da União Europeia e, em 29 de março de 2017, Theresa May formalizou o acionamento do Artigo 50. Assim, o prazo de dois anos começou a contar e iniciaram as negociações.

Em resposta à afirmação do Brexit, a UE assegurava o argumento de que partia do Reino Unido apresentar como a “separação” ocorreria, devido ao seu papel pioneiro do processo. Segundo O’rourke (2018), a negociação precisava abranger duas vertentes: Primeiro, abordar como desvendar os laços desenvolvidos ao longo dos 45 anos de integração, como a separação dos bens, ajustes de direitos, pensão, e liquefação de ativos mantidos em comum e a rescisão de projetos empreendidos em conjunto; e, em segundo lugar, precisava tratar como seria a relação futura. De acordo com Adam (2019), tanto a relação existente quanto a relação futura entre o Reino Unido e a UE dependiam de como ambas as partes tratariam os projetos europeus concedidos pelo Reino Unido que continuariam além da data do Brexit, de como os milhares de cidadãos europeus morando além de suas fronteiras teriam o direito de residência,

saúde e benefícios sociais e, por fim, e mais controverso, como encontrariam uma solução para a fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

Após Theresa May acionar o Artigo 50 do Tratado de Lisboa, Adam (2019) defende que o correto seria ter mobilizado todos os recursos para planejar uma estratégia coerente para abordar as negociações, pois dois anos era um tempo limitado para executar algo novo como o Brexit. Contudo, como os termos do Parlamento estabeleceria que o governo teria sua próxima eleição em 2020, um ano após o fim do prazo do artigo 50 e a saída do Reino Unido da UE, ainda segundo o autor, isto preocupava muitos defensores do Brexit, pois acreditavam que as eleições se realizariam em um período em que o Reino Unido estaria envolvido com negociações difíceis sobre relações comerciais e uma alteração de líder poderia afetar este processo. Então, em Junho de 2017, May convocou uma eleição geral antecipada, o qual adiaría as próximas eleições para 2022.

De acordo com Payne & Swift (2017), o Brexit não era o tópico dominante nas eleições gerais de 2017. Enquanto Theresa May prometia uma liderança forte e estável, a população estava preocupada em questões como assistência social, saúde, segurança interna - tópicos tradicionais às demais eleições. Portanto, mostrava-se evidente que questões como preferências comerciais, união aduaneiras e demais burocracias da UE e do Brexit não eram algo inteiramente compreensível para os cidadãos e passava a não ser uma prioridade (ADAM, 2017).

A eleição de 2017 resultou na conquista de 30 assentos do partido trabalhista no parlamento, garantindo 262 no total e na perda de 13 assentos do Partido Conservador de Theresa May, totalizando 317 assentos. Segundo O'Rourke (2018), Para manter a maioria do partido conservador, após duras negociações o partido democrático unionista (DUP) da Irlanda do Norte apoiou o mandato de May, garantindo a maioria. Sendo assim, o desfecho da eleição apontou a divisão de opiniões no Reino Unido. No geral, os conservadores obtiveram 46,5% dos votos na Inglaterra, 25,3% na Escócia e 18,8% no País de Gales - não concorreram na Irlanda do Norte (ADAM, 2019). Então, segundo os resultados, Theresa May havia forte apoio na Inglaterra, mas sua legitimidade estava frágil no restante da região.

Dessa forma, de acordo com Adam (2019), a liderança da Primeira Ministra sofria questionamentos ao longo das negociações e a eleição geral antecipada estagnou o processo

de saída do Reino Unido durante o ano de 2017. May buscava conciliar com a pressão daqueles que desejavam permanecer na UE, moderando sua posição sobre o Brexit. Consequentemente, isto provocou discórdia com aqueles chamados de “brexiteers”⁴⁶.

4.2 NEGOCIAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA E PROPOSTAS APRESENTADAS AO PARLAMENTO BRITÂNICO

Conforme abordado no presente trabalho, de acordo com Silveira Neto (1962), o parlamentarismo é caracterizado pela estrutura de gabinete, assegurando poder de decisão ao Parlamento. Então, para que uma proposta ou acordo seja aprovado, o Parlamento britânico deve decidir por meio do voto. Logo, esta seção descreve o decorrer das negociações entre a Primeira Ministra, Theresa May, o Parlamento de Westminster e a União Europeia, apontando as dificuldades de um consenso entre as partes.

Dessa forma, após a eleição geral antecipada de 2017, a divisão política entre os que prezavam pela permanência na UE e os que defendiam a saída, se tornou mais nítida. Em dezembro de 2017, o governo do Reino Unido chegou a uma opção de acordo para os parâmetros básicos de relacionamento durante o processo do Brexit com a EU, cobrindo questões como despesas, direitos dos cidadãos e a fronteira entre a Irlanda do Norte e República da Irlanda. Segundo a proposta de separação e projeto de lei de retirada da União Europeia (2017), o Reino Unido continuaria com o orçamento regular de contribuição para a UE durante o período de transição, pois continuaria usufruindo de sua integração. Em termos de direitos dos cidadãos, todos os residentes e familiares que moram além de suas fronteiras durante o período de separação, possuirão direito de residência. E, por fim, a fronteira continuaria inalterada e ambas as partes buscariam soluções inovadoras para o problema (ADAM, 2019).

De acordo com Adam (2019), em resposta da proposta da busca de soluções pelo Reino Unido e da UE, o posicionamento da UE apontava que sua estrutura interna e seus procedimentos não estavam dispostos para negociação; pois, apesar de não aplicar obstáculos, o bloco acreditava que partia do Reino Unido desenvolver um mecanismo capaz de realizar a saída do bloco. Logo, o Estado estava responsável por implementar um modelo que atingisse seu objetivo, respeitando os princípios políticos e econômicos da União Europeia.

⁴⁶ Segundo Rudolf G. Adam (2019), o termo brexiteer representa os defensores da saída do Reino Unido da UE

A primeira proposta do Reino Unido de retirada da União Europeia, no final de 2017, continha orientações de como proceder com a questão polêmica fronteiriça da Irlanda, dentre outras abordagens. Todavia, por seu caráter conflitante, diversas opções para a fronteira foram apresentadas e, sempre seguidas de contradições por opositores no governo britânico dentro do parlamento. Segundo Adam (2019), buscando evitar ao máximo uma fronteira rígida, a solução britânica seria a divisão através de alta tecnologia para o desembarço e fluxo de bens e pessoas juntamente à parceria com a UE. Segundo Connelly (2018), esta primeira resolução, além de ser vaga, dependia de alta infraestrutura e abrangia um escopo maior que o Irlandês, incluindo o Reino Unido e a UE, o qual dificultava ainda mais um consenso. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, a oposição às propostas iniciais de “divórcio” defendia que o governo britânico estava utilizando a questão irlandesa como um “cavalo de Tróia” para atingir um acordo mais favorável ao longo do processo de negociação. Em resposta a iniciativa britânica, a União Europeia rebateu formalmente, explicando que as propostas não condiziam com o pedido do Reino Unido de sair da União Aduaneira europeia e, segundo Connelly (2018), as resoluções técnicas não seriam aceitas, era necessária uma solução mais abrangente. Portanto, o governo do Reino Unido precisaria buscar uma conformidade entre seus representantes de governo para chegar a uma solução plausível.

Seguido desta declaração, Segundo Mars et al (2018), a UE sugeriu originalmente uma “salvaguarda irlandesa”, chamada de “backstop”, em que seria utilizada como um dispositivo para evitar a fronteira “rígida”. Esta implicaria em manter a Irlanda do Norte dentro da União aduaneira e do mercado comum europeu, a parte do restante do Reino Unido. Todavia, esta proposta apresentou problemas na negociação devido ao histórico de conflitos na fronteira, conforme discutido na presente monografia, e divergência de interesses no parlamento de Westminster, principalmente do Partido Democrático Unionista (PDU) da Irlanda, o qual apoiava Theresa May no gabinete. Além disso, muitas das competências a serem repatriadas da UE diziam respeito a áreas sob condição de devolução, como pesca, agricultura e meio ambiente, as quais não cabiam somente ao governo do Reino Unido para decidir (MARS et al, 2018).

Assim, Segundo Adam (2018) reconhecendo a necessidade de controle de bens e pessoas entre as Irlandas, o desafio de May era evitar uma fronteira “rígida”, com controle aduaneiro de bens e pessoas que desafiaria o Acordo de Belfast de 1998. Então, em resposta à proposta

de “backstop” da UE, a Primeira Ministra anunciou que uma solução voltada somente à Irlanda do Norte ameaçaria a integridade da constituição do Reino Unido e passaria o problema para o Mar irlandês, o qual apresentaria a fronteira de bens e pessoas. Como contraproposta, Theresa May propôs um segundo “backstop” envolvendo todo o Reino Unido, mantendo o Estado na união aduaneira por um período indefinido. De acordo com Adam (2018), segundo a Primeira Ministra, esta seria a única solução. Segundo o discurso da Ministra em 2018, este acordo resultaria em uma relação forte entre o Reino Unido e a UE até que uma das partes decidisse que o acordo não seria mais necessário e, somente se aplicaria, se o Reino Unido saísse do bloco com um acordo de retirada definido.

Segundo Adam (2019), após as propostas apresentadas ao Parlamento e Câmara dos Comuns, discussões extensas foram travadas, as quais provaram a dimensão da divergência entre os membros do parlamento e, conseqüentemente, resultou na rejeição da primeira proposta de May na Câmara. A repercussão partiu de inúmeros conservadores do partido de May, assim como membros do PDU, e levou alguns de seus próprios ministros renunciarem em protesto. O argumento da oposição foi de que o “backstop” ameaçava prender o Reino Unido na União Aduaneira da UE permanentemente (MARS et al, 2018). Sua proposta de acordo foi rejeitada pelo Parlamento em Westminster e, esta dificuldade para a aprovação entre os membros do parlamento se repetiria ao longo das negociações e, viria a ser um cenário previsível até a data analisada neste trabalho, março de 2019 - fim do prazo estabelecido no Artigo 50.

Sendo assim, quanto mais a questão fronteiriça era discutida dentro do governo britânico, mais se mostrava evidente que o Brexit interrompia, implícita ou explicitamente, a cooperação presente na fronteira, estabelecida pelo Acordo de Belfast de 1998. Por exemplo, o Acordo permitia que a fronteira estivesse tão transparente que o sistema de saúde pudesse ser usufruído por cidadãos de ambas as nacionalidades, pois os países pertenciam ao mesmo bloco. Porém, com a formação de uma fronteira evidente entre Reino Unido e UE, as regulamentações para ambulância, dispositivos médicos e qualificações profissionais seriam desarmonizadas, podendo causar impactos negativos na população da região (O’ROURKE, 2018).

Após as rejeições do Parlamento, em 12 de Julho de 2018, a Primeira Ministra, em mais uma tentativa, elaborou um documento chamado de Relatório Branco⁴⁷ apresentando novamente suas propostas para o futuro relacionamento entre o Reino Unido e a UE, em Chequers - residência oficial de campo da Primeira Ministra. O documento abordava o relacionamento econômico, a cooperação em segurança, questões transversais e arranjos institucionais que governariam o futuro relacionamento das duas partes. Dentro de alguns elementos abordados, o comércio e serviço se manteriam isentos e sem barreiras, aplicar-se-ia um acordo aduaneiro facilitado, incluindo impostos e tarifas e haveria um procedimento conjunto de arbitragem para disputas entre as partes (ADAM, 2019).

O “White Paper”, em primeira instância, foi apoiado pelo gabinete de Theresa May e, em seguida, analisado pelos membros do parlamento. Contudo, de acordo com Adam (2019), com um clima de saturação, a Primeira Ministra sofreu algumas perdas no governo em seguida da apresentação do relatório. Imediatamente após Chequers, o ministro responsável pelo Brexit, David Davis renunciou de seu cargo e junto com isso, resultou uma perda de quase metade do gabinete de May, em um ano após as eleições de 2017. Segundo Adam (2019), a dissolução do gabinete expôs a divisão interna do governo e, principalmente, do partido conservador.

Como as demais propostas, após a análise do governo do Reino Unido, a União Europeia daria a sua opinião. Portanto, Michel Barnier, Chefe de Negociação da Comissão Europeia, expressou sua oposição ao acordo aduaneiro facilitado - o qual sugeria o Reino Unido administrar a fronteira irlandesa -, pois resultaria em burocracia desnecessária e argumentou que seria impossível gerenciar os bens britânicos e europeus pela interconexão entre os lados da fronteira irlandesa. Então, como afirmado desde o início, a UE preservaria seu mercado comum e união aduaneira dentro da mesma política de comércio. Ou seja, a UE não permitiria um não-membro executar as regras e regulamentações de mercado sem um controle europeu (CHISTIENSEN; FROMAGE, 2019).

Após inúmeras tentativas de propostas e acordos, a data de saída da União Europeia estava se aproximando e, uma solução para o Brexit estava cada vez mais difícil. Portanto, segundo Adam (2019), Theresa May passou a considerar uma saída sem acordo. A Ministra afirmava

⁴⁷ No original “White Paper”

que um acordo deveria ser aceito imediatamente para alcançar um cenário de transição adequada ou o resultado seria uma conjuntura caótica, sem acordo, em que levantaria incertezas e o cancelamento de inúmeros contratos e acordos entre as partes, mas que seria melhor do que um acordo ruim para o Estado.

Dessa forma, dia 21 de Setembro de 2018, em 10 Downing Street, May se pronunciou para a população através de um discurso público abordando as negociações do acordo para o Brexit com a UE. A primeira ministra iniciou seu discurso reconhecendo que as negociações sempre seriam difíceis e que, apesar de ambas as partes desejarem um acordo, a negociação envolve questões importantes, as quais mantêm os lados com opiniões divergentes. Economicamente, a negociação estabeleceu duas opções: primeiro, a opção do Reino Unido permanecer no Espaço Econômico Europeu (EEE), significando que o Estado obedeceria as regras europeias e a imigração continuaria sem controle nacional; segundo, seria aplicado um acordo básico de comércio na fronteira entre União Europeia e Reino Unido e, a Irlanda do Norte permaneceria no mercado comum europeu e união aduaneira, mantendo a ilha economicamente separada do Estado e rompendo a pacificidade atingida pelo Acordo de Belfast de 1998. Estas opções econômicas foram todas rejeitadas pela Primeira Ministra e o Parlamento britânico. Segundo a Ministra, as propostas da UE estariam indo em desencontro com o resultado do referendo de 2016.

Durante este processo, eu tratei a União Europeia com nada além de respeito. O Reino Unido espera o mesmo. Um bom relacionamento no final deste processo depende nisto. Neste estágio avançado de negociações é inaceitável rejeitar a proposta de um lado sem fornecer uma explicação detalhada e contrapropostas (MAY, 2018)⁴⁸

Após sua manifestação, Theresa May compareceria na conferência de seu partido em Birmingham. Segundo Adam (2019), os conservadores se encontravam em um cenário incerto e divididos como nunca. O autor afirma que no final de 2018, a Primeira Ministra sentiria os efeitos de ter perdido sua maioria no Parlamento após as eleições de 2017 e sua dependência pelo apoio do Partido Democrático Unionistas (PDU) da Irlanda do Norte. Além disso, sua maior oposição vinha do seu próprio partido, valendo mencionar os

⁴⁸ “Throughout this process, I have treated the EU with nothing but respect. The UK expects the same. A good relationship at the end of this process depends on it. At this late stage in the negotiations, it is not acceptable to simply reject the other side’s proposals without a detailed explanation and counter proposals.” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rMFBYYsZZz4>, Acesso em: 13 Set, 2019.

pronunciamentos do Ministro Boris Johnson contra as decisões tomadas por May e questionamentos sobre sua liderança.

Sendo assim, em 25 de Novembro de 2018, os dirigentes dos 27 membros da UE se encontraram na reunião extraordinária do Conselho Europeu (Art. 50), convocado pelo presidente do conselho, Donald Tusk, para formalizar o acordo no âmbito do Brexit. Segundo Tusk,

A União Européia convidou a Comissão, o Parlamento da União Europeia e o Conselho para tomar os passos necessários para que o acordo possa entrar em vigor em 20 de março de 2019, de modo a fornecer uma retirada adequada. O Conselho da União Europeia aprovou a declaração do futuro quadro e relacionamento entre a União Europeia e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte. O Conselho Europeu reafirmou a determinação da União para ter uma parceria mais próxima possível com o Reino Unido no Futuro (TUSK, 2018).⁴⁹

Então, após discussões, os dirigentes da EU27 entraram em um acordo em que abordava duas partes da negociação: a primeira consistia em um texto de 584 páginas sobre a provisão da separação das duas partes e, a segunda, segundo Adam (2019), enumerava princípios e intenções vagas sobre o futuro relacionamento entre a UE e o Reino Unido em 36 páginas. De acordo com o autor, as maiores críticas focavam na questão do “backstop” da Irlanda do Norte e a dependência britânica sobre as políticas de comércio da União Europeia. Assim, o próximo desafio seria a aprovação do acordo pelo Parlamento britânico dentro do tempo restante e limitado do processo de saída da União. Ainda em seu discurso, Tusk (2019) afirmou: “à nossa frente está o processo difícil de ratificação assim como futuras negociações. Mas, independentemente de como acabará, uma coisa é certo: nós nos manteremos amigos”.⁵⁰

Portanto, o acordo estaria disponível para análise pelos membros do Parlamento britânico. Theresa May tentou aprovar o acordo de modo a ser uma proposta aceitável pelas partes divergentes dentro de Westminster. May afirmou que a rejeição do esboço do acordo de

⁴⁹ “the European Council invited the Commission, the European Parliament and the Council to take the necessary steps to ensure that the agreement can enter into force on the 30th of March 2019, so as to provide an orderly withdrawal. The European Council approved the Political Declaration setting out the framework for the future relationship between the European Union and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland. The European Council restated the Union’s determination to have as close as possible a partnership with the United Kingdom in the future” Tradução nossa. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2018/11/25/> Acesso em: 10 de Out 2019.

⁵⁰ “Ahead of us is the difficult process of ratification as well as further negotiations. But regardless of how it will all end, one thing is certain: we will remain friends” Tradução nossa. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2018/11/25/> Acesso em: 10 de Out 2019

retirada da UE seria uma contradição a vontade do povo britânico. Então, dia 15 de Janeiro de 2019, a votação na Câmara dos Comuns entrou para a história política do Parlamento do Reino Unido. Segundo Adam (2019), a rejeição do esboço do acordo de retirada da União passou a ser a maior derrota dos últimos 100 anos de governo britânico, com 202 votos a favor contra 432 votos de rejeição. Um total de 118 conservadores votaram contra sua líder junto ao partido trabalhista e todos os membros do parlamento do Partido Nacional Escocês, Democratas Liberais e o Partido Democrático Unionista da Irlanda do Norte. De acordo com Adam (2019), esta proporção histórica previa a renúncia da Primeira Ministra, mas Theresa May se manteve no poder. Nesta conjuntura, a União Europeia já havia anunciado que, após a aprovação no Conselho da UE, as propostas não estariam mais à disposição de negociação. Todavia, o Parlamento britânico continuou dividido e se mostrou incapaz de aceitar o acordo proposto pela Ministra Theresa May.

Adam (2019) aborda que os corpos constitucionais estavam embaraçados e que o cenário não estava a favor de uma solução dentro do prazo da saída do Estado estabelecido pelo Artigo 50. Desde julho de 2018, o autor afirma que foi possível destacar três grupos distintos de opiniões firmes dentro governo britânico: em primeiro lugar, àqueles que defendem a permanência do Reino Unido na União Europeia, os quais rejeitam os acordos do Brexit em qualquer instância. O segundo grupo consiste nos defensores do livre comércio e devotos à soberania britânica. Estes desejam sair da União Europeia a qualquer custo, aceitando a retirada sem acordo, argumentando ser a única forma de recuperar a soberania do Estado. Portanto, apesar de não fornecer uma contraproposta, rejeitam as propostas dos acordos e das soluções para a fronteira da Irlanda do Norte. Por fim, o terceiro grupo a ser destacado tem características mais pragmáticas e agnósticas. Estes evitam uma saída sem acordo e se opõem as soluções incertas para o Reino Unido. Além disso, estão abertos a novas sugestões para um consenso entre as duas partes e são divididos entre alguns que apoiam a Theresa May e alguns que rejeitam suas propostas, por acreditarem ser insuficiente.

Logo, Adam (2019) explica como os três grupos bloqueiam um ao outro em alcançar uma solução para a saída da União Europeia. A divergência de ideias apresenta, em sua maioria, uma oposição à Ministra, mas se mostra insuficiente para formar uma maioria e comandar o processo. Dessa forma, Theresa May estava responsável em dar seguimento à retirada do Estado, pois acreditava que a data para o Brexit não deveria ser adiada.

As dez semanas seguintes entraram para os livros de história como o período mais complicado, confuso e caótico de qualquer democracia parlamentar. May insistiu em seu acordo: ela estava teimosa e obstinada, inflexível e rígida. Ela repetiu suas fórmulas estereotipadas e continuou martelando seu acordo na cabeça dos seus parlamentares recalcitrantes. Está além do escopo deste capítulo contar todos os detalhes das manobras táticas, das intrigas das negociações nos bastidores e nos litígios políticos bizarros que ocorreram nos primeiros meses de 2019 (ADAM, 2019).⁵¹

Theresa May estava dividida entre um Parlamento demandando modificações extremas do seu esboço de Tratado e a UE insistindo que o acordo negociado não estava aberto para demais negociações. Deste modo, segundo Adam (2019), dia 12 de Março de 2019, a Primeira Ministra levou a proposta novamente ao Parlamento, mas novamente o esboço foi rejeitado com 242 votos a favor e 391 votos contra a Ministra. Consequentemente, a falta de um acordo levou o Parlamento a votar no dia seguinte - 13 de Março - se o Reino Unido sairia da União Europeia sem um acordo. Ainda, segundo o autor, o resultado mostrou que, 308 membros do parlamento eram favoráveis à saída sem acordo, contra 312 membros opostos à esta ideia. Logo, a rejeição da saída do Reino Unido da UE sem um acordo levou o parlamento a mais uma votação no dia seguinte - 14 de Março - para estabelecer uma moção para a extensão do prazo limite, para finalizar a saída da União estabelecido pelo Artigo 50. Esta moção apresentada pelo governo declarava que, se um acordo não fosse ratificado até dia 20 de Março, o governo buscaria uma extensão do Artigo 50, para o dia 30 de Junho, pois seria o último dia que o Brexit poderia ser realizado sem exigir a participação do Reino Unido nas eleições do Parlamento Europeu. Então, de acordo com Adam (2019) a moção foi aprovada com 412 votos a favor da extensão e 202 contra.

Em sua carta, Theresa May solicita a extensão ao Presidente do Conselho, Donald Tusk.

Estou, então, escrevendo para informar o Conselho europeu de que o Reino Unido está buscando uma extensão do Artigo 50 em conformidade com o Artigo 50(3) do Tratado da União Europeia, incluindo como aplicado no Artigo 106(a) to Tratado de Euratom, até 30 de Junho de 2019 (MAY, 2019, tradução nossa).

Sendo assim, após as votações no parlamento e a moção para uma extensão do Brexit, Theresa May se pronunciou pela terceira vez no Parlamento em busca de um acordo. Desta

⁵¹ “The ensuing ten weeks are bound to enter the history books as the most convoluted, confused, and chaotic period in any parliamentary democracy. May clung to her deal: she was stubborn and obstinate, unbending and rigid. She simply repeated her stereotyped formulae and kept hammering her deal into the heads of recalcitrant MPs. It is beyond the scope of this chapter to recount all the details of the tactical manoeuvres, the intrigues, the backstage deals, and the bizarre political contortions that took place in the first few months of 2019.” Tradução nossa.

vez, dia 29 de Março de 2019 - o prazo de saída estabelecido pelo Artigo 50 - a Ministra apresentou seu projeto retirando a declaração sobre relações futuras entre o Reino Unido e a União Europeia e, apresentando somente o texto sobre a sua tratativa de retirada. De acordo com Adam (2019), May prometeu renunciar de seu cargo se seu esboço de tratado fosse aprovado pelos membros do parlamento, o qual afirmava desgaste de sua liderança. Apesar de seus esforços, Theresa May foi derrotada pela terceira vez, com 286 votos a favor de seu projeto e 344 contra.

Por fim, o acionamento do Artigo 50 do Tratado de Lisboa, em que estabelecia um prazo de dois anos para um acordo apropriado para a saída do Reino Unido da União Europeia, não foi cumprido. Conforme discorrido ao longo do capítulo, o governo britânico estava dividido e incapaz de entrar em um consenso sobre um ato pioneiro como a saída da UE. Portanto, após incansáveis tentativas de Theresa May encontrar uma solução para o futuro relacionamento entre as duas partes, a primeira ministra anunciou uma data oficial em que renunciaria: 7 de Junho de 2019. Após esta data, um novo Primeiro Ministro seria escolhido. Em seu discurso, May se pronunciou emocionada:

Eu sinto tanta certeza quanto três anos atrás de que, em uma democracia, se você dá uma escolha à população você tem um dever de implementar o que foi decidido. Eu fiz o meu melhor para realizar isto. Eu negocieei os termos de saída e um novo relacionamento com nossos vizinhos mais próximos, o qual protege os empregos, nossa segurança e nossa União. Eu fiz tudo para convencer os Ministros do parlamento para apoiarem o acordo. Infelizmente não consegui. Eu tentei três vezes. Eu acredito que é certo perseverar, mesmo quando as chances contra o sucesso estão altas. Mas agora está claro para mim que é de melhor interesse do país para um novo Primeiro Ministro liderar esse esforço. Então, hoje estou anunciando que renunciarei como líder do Partido conservador unionista na sexta feira, dia 7 de Junho, para que um novo sucessor seja escolhido (MAY, 2019, tradução nossa).

Além disso, apontou as conquistas de seu governo e se despediu honrada pelo seu cargo.

Nossa política pode estar sob pressão, mas existem muitas coisas boas sobre este país. Muito para se orgulhar. Muito para estar otimista. Em breve deixarei do meu trabalho que foi a honra da minha vida - a segunda Primeira Ministra feminina, mas com certeza não a última. Faço-o sem má vontade, mas com enorme e duradoura gratidão por ter tido a oportunidade de servir o país que amo (MAY, 2019, tradução nossa).

Portanto, o presente capítulo abordou os primeiros passos de Theresa May no caminho ao Brexit. Conforme apresentado, após inúmeras propostas e negociações dentro do governo

britânico e entre o Reino Unido e a UE, o prazo do Artigo 50 do Tratado de Lisboa não foi cumprido. Dessa forma, podemos observar a dificuldade de conciliação entre as partes e da complexidade dos tópicos envolvidos nas negociações.

5 CONCLUSÃO

Esta monografia buscou abordar o processo de saída do Reino Unido da União Europeia e as negociações britânicas após o resultado do referendo de junho de 2016. O objetivo geral foi analisar a dificuldade do governo britânico em alcançar um acordo para o Brexit durante o prazo estabelecido pelo Artigo 50 do Tratado de Lisboa, usando objetivos específicos para apoiar o argumento, como estudar o euroceticismo britânico e estrutura política do Reino Unido e suas complexidades.

Portanto, o modelo da integração regional da União Europeia, em que o Reino Unido está inserido, foi concretizado após a criação de instituições e organizações regionais entre a década de 40 até 1993 com o Tratado de Maastricht, o qual deu origem à UE. Esta integração gerou espaço para críticas ao projeto por seus países membros e foi teorizado por autores apresentados no presente trabalho, o qual buscou apresentar as dimensões políticas que influenciam o euroceticismo, como a utilidade econômica da UE e a ameaça à soberania ao país pela característica supranacional do bloco.

Sendo assim, a posição do Reino Unido na integração da União Europeia foi vista como marginal, pois o seu ingresso foi realizado após anos de iniciativas para criar instituições e organizações regionais de países europeus. Ou seja, o Reino Unido não participou dos primeiros passos da UE. Assim, mesmo após sua entrada pudemos ver que sua relação apresenta constrangimentos, o qual incentivou o euroceticismo britânico. Além dos constrangimentos, buscou-se tratar da complexidade da identidade europeia no Reino Unido e da identidade nacional, explicado também pela sua estrutura política.

Dessa forma, procurou-se explicar a estrutura do Reino Unido pelos seus países constituintes: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales; e como funciona a sua monarquia constitucional com o sistema parlamentar. A fim de compreender como as negociações do parlamento britânico foram realizadas, foram apresentados setores os quais compõem o governo, como a Câmara dos Comuns e Whitehall. Além disso, uma característica importante da região britânica é sua condição de devolução, em que há a concessão de poderes específicos aos países constituintes, como poderes de áreas nacionais retornados à administração de cada país responsável.

Entre a estrutura política de cada país do Reino Unido, vale mencionar o Irlanda do Norte, pois como abordado ao longo do trabalho, apresenta um dos pontos mais polêmicos e controversos do Brexit: a sua fronteira com a República da Irlanda. De acordo com o que foi apresentado, diversos conflitos foram travados durante a história da Irlanda e somente em 1998, com o Acordo de Belfast, que houve paz para a região. Logo, buscamos entender que há uma grande ameaça à quebra do acordo de paz após a saída do Reino Unido da União Europeia de acordo com o que ficar negociado após a retirada.

Diante disso, após compreender as influências que levaram ao Brexit e a conjuntura política a qual está aplicada, abordamos o referendo em que culminou na decisão do Reino Unido para sair da União Europeia e as suas decorrências. Dessa forma, conforme apresentado, em Junho de 2016, 51,89% da população britânica votou a favor do Brexit. A partir de então o governo britânico estava dedicado a negociar com a União Europeia sua futura relação.

Logo, o último capítulo foi dedicado às negociações no Parlamento britânico para um acordo de retirada do Reino Unido da União Europeia. A Primeira Ministra, Theresa May, detinha o desafio de satisfazer partes extremamente divididas no governo e atender as demandas da população britânica. Sua primeira ação foi solicitar o acionamento do Artigo 50 do Tratado de Lisboa, o qual estipulava o prazo de dois anos para finalizar o processo de saída do bloco. Após o início do prazo em 2017, a Primeira Ministra convocou uma eleição geral antecipada, a fim de evitar uma futura eleição durante o ápice das negociações de retirada. Todavia, o resultado das eleições desfavoreceu o governo de May, o qual agravou as complicações nas negociações seguintes.

Conforme apresentado ao longo do capítulo, as negociações contaram com diversas propostas de acordos para o “divórcio” do Reino Unido e UE. Por um lado, apresentamos uma União Europeia defendendo a responsabilidade do Reino Unido em compor um acordo o qual atendesse ambos os lados da negociação e buscava continuar integrado ao membro. Por outro lado, vimos um Reino Unido extremamente dividido e incapaz de encontrar um ponto em comum entre suas partes nacionais. Podemos entender que a fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda foi um dos principais empecilhos para decisão de um acordo do Brexit.

Concluimos, então, que as negociações para um acordo do Brexit, o qual foi influenciado pelo constrangimento da relação entre a UE e o Reino Unido e pela ascensão do euroceticismo, no período estipulado pelo Artigo 50 do Tratado de Lisboa, não foi sucedida devido aos conflitos internos do governo britânico, o qual resultou em derrotas históricas no parlamento britânico e no descumprimento do prazo de dois anos previsto.

Assim, como o Brexit é um fenômeno novo para a área acadêmica, há uma escassez de pesquisas e trabalhos sobre o tema, o qual aponta a relevância da presente monografia. Apesar das negociações no período estudado terem sido sucedidas, recomenda-se o estudo da continuação das negociações após a extensão do prazo do Artigo 50, pois sua característica contemporânea traz a oportunidade de explorar conceitos e ferramentas inovadoras.

REFERÊNCIAS

ADAM, Rudolf G. **Brexit: causes and consequences**. Alemanha: Springer Nature Switzerland, 2019.

CAMERON, David. **David Cameron Announces Resignation As Prime Minister**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JOmyVx810bo>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CHISTIANSSEN, Thomas; FROMAGE, Diane. **Brexit and democracy: The Role of Parliaments in the UK and the European Union**. 1. ed. Suíça: Springer Nature Switzerland, 2019, p. 27-81. (European Administrative Governance Series).

CONNELLY, Tony. **Brexit and Ireland**. Irlanda do Norte: Penguin Books, 2018.

EDINBURGH, British Academy and The Royal Society of. **Scotland and The United Kingdom report 2012**. The British Academy. 2012. Disponível em: <https://www.thebritishacademy.ac.uk/sites/default/files/Scotland%20and%20the%20United%20Kingdom%20report%20september%202012.pdf>. Acesso em: 12 Set. 2019.

ESSAYS, UK. **Brexit: Causes and Consequences**. Disponível em: <https://www.ukessays.com/essays/politics/brexit-causes-consequences-124.php>. Acesso em: 10 Out. 2019.

EUROPEIA, União. **História e finalidade do euro**. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/euro/history-and-purpose-euro_pt>. Acesso em: 18 jan. 2020.

EVANS, Geoffrey; MENON, Anand. **Brexit and British Politics**. Londres: Polity Press, 2017.

GEDDES, Andrew. **Britain and The European Union**. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

GIBBON, Gary. **Breaking Point: The UK referendum on the EU and Its Aftermath**. Londres: Haus Publishing, 2017.

GOVERNMENT, Institute For. **Brexit Brief: Article 50**. Disponível em: <<https://www.instituteforgovernment.org.uk/brexit/brexit-brief-article-50>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

GOVERNMENT, Scottish. **Choosing Scotland's Future: A National Conversation: Independence and Responsibility in the Modern World.** Gov.scot. 2007. Disponível em: <https://www.webarchive.org.uk/wayback/archive/20170702023656/http://www.gov.scot/Publications/2007/08/13103747/3>. Acesso em: 27 Set. 2019.

HANSEN, Helle Schrøder. **Euroscepticism - A multidimensional understanding of the concept and a comparative analysis of public scepticism in Britain and Denmark.** Disponível em: . Acesso em: 14 Nov. 2019.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIBRARY, House Of Commons. **General Election 2010.** Londres: House Of Commons, 2011.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 34. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999. Disponível em: <<https://direitoutp2016.files.wordpress.com/2016/05/sahid-maluf-teoria-geral-do-estado.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2019.

MARS, Sylvia de et al. **Bordering two nations: Northern Ireland and Brexit.** Bristol: Policy Press, 2018.

MARS, Sylvia de *et al.* **Bordering Two Nations: Northern Ireland and Brexit.** Bristol: Policy Press, 2018. 208 p.

MAY, Theresa. **Prime Minister's statement in Downing Street: 24 May 2019.** Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/prime-ministers-statement-in-downing-street-24-may-2019>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MCGOWAN, Lee. **Preparing for Brexit: Actors, Negotiations and Consequences.** Belfast : Palgrave Macmillan, 2018. 137 p.

MORPHET, Janice. **Beyond Brexit? How to Assess the UK's Future.** Londres: Policy Press, 2017.

NETO, Silveira. Presidencialismo e Parlamentarismo. **Revista da Faculdade da UFMG,** [S.l.], n. 2, p. 230-240, abr. 2014. ISSN 1984-1841. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1348/1280>>. Acesso em: 10 Dez. 2019.

O'ROURKE, Kevin. **A Short History of Brexit: From Brentry to Backstop.** Londres: Penguin Books, 2018.

ROBINSON, Nick. **10 things that stopped Brexit happening**. BBC news. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/uk-politics-49008826?ocid=wsnews.chat-apps.in-app-msg.whatsapp.trial.link1_.auin. Acesso em: 12 Set. 2019.

SEGAL, Troy. **Why the U.K. Doesn't Use the Euro**. Disponível em: <https://www.investopedia.com/ask/answers/100314/why-doesnt-england-use-euro.asp>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SERVICES, Civil. **Introduction to Devolution**. Gov.uk. 2015. Disponível em: . Acesso em: 5 Ago. 2019.

SLOAT, Amanda. **Divided kingdom: How Brexit is remaking the UK's constitutional order**. Washington: Brookings, 2018.

STARTIN, Nicholas. Have we reached a tipping point? The mainstreaming of Euroscepticism in the UK. *International Political. Science Review*, [S.l.], v.36, p.311-323, 2015.

SWIFT, Todd; PAYNE, Alexandra. **Tactical Reading: A Snappy Guide to the Snap Election 2017**. Londres: Eyewear Publishing, 2017.

THE UK PARLIAMENT and Brexit. *In: CHISTIANSSEN, Thomas; FROMAGE, Diane . Brexit and Democracy: The Role of Parliments in the UK and the European Union*. 1. ed.

TRIBUNE. Dagenham: Bhaskar Sunkara, 2019. Disponível em: <https://tribunemag.co.uk/2019/06/20-years-of-welsh-devolution>. Acesso em: 18 Dez 2019.

UK Government. **Devolution of powers to Scotland, Wales and Northern Ireland**. Gov.uk. 2013. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/devolution-of-powers-to-scotland-wales-and-northern-ireland>. Acesso em: 13 Out. 2019

SITES PESQUISADOS

ALEXISMADRIGAL. Disponível em: <https://alexismadrigal.jusbrasil.com.br/artigos/474068864/o-parlamentarismo>. Acesso em nov. 2019.

AMBITOJURIDICO. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/parlamentarismo-surgimento-e-caracteristicas-gerais/>. Acesso em out. 2019.

AMBITOJURIDICO. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/parlamentarismo-surgimento-e-caracteristicas-gerais/>>. Acesso em nov. 2019.

ARK. Disponível em: <https://www.ark.ac.uk/nilt/2018/Political_Attitudes/NIRELND2.html>. Acesso em set. 2019.

ASSEMBLY.WALES. Disponível em: <<https://www.assembly.wales/en/abthome/role-of-assembly-how-it-works/Pages/history-welsh-devolution.aspx>>. Acesso em nov. 2019.

ASSETS. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/770300/IntroductionToDevolution.pdf>. Acesso em nov. 2019.

ASSETS.PUBLISHING. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/770300/IntroductionToDevolution.pdf>. Acesso em out. 2019.

ASSETS.PUBLISHING. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/770709/DevolutionFactsheet.pdf>. Acesso em out. 2019.

ASSETS.PUBLISHING. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/769115/Devolution-Guidance-for-Policy-Makers.pdf>. Acesso em set. 2019.

ASSETS.PUBLISHING. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf>. Acesso em out. 2019.

ASSETS.PUBLISHING. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/589191/The_United_Kingdoms_exit_from_and_partnership_with_the_EU_Web.pdf>. Acesso em nov. 2019.

ASSETS.PUBLISHING. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/770300/IntroductionToDevolution.pdf>. Acesso em nov. 2019.

ASSETS.PUBLISHING. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/136652/agreement.pdf>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-46334649>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-47827036>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-northern-ireland-49789422>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-47641357>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-48379730>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-48395905>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-scotland-29270441>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-scotland-scotland-politics-16649184>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47554776>>. Acesso em set. 2019.

BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47554776>>. Acesso em set. 2019.

BRITISHACADEMY. Disponível em: <<https://britishacademy.universitypressscholarship.com/page/subscribe>>. Acesso em nov. 2019.

BROOKINGS. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/up-front/2019/08/15/brexit-the-irish-backstop-and-the-good-friday-agreement/>>. Acesso em dez. 2019.

BROOKINGS. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/10/FP_20181005_divided_kingdom.pdf>. Acesso em dez. 2019.

BUSINESSINSIDER. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/full-text-theresa-may-resignation-speech-2019-5>>. Acesso em dez. 2019.

CONSILIUM.EUROPA. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/european-council/2018/11/25/>>. Acesso em nov. 2019.

CONSILIUM.EUROPA. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-uk-after-referendum/>>. Acesso em nov. 2019.

DFA. Disponível em: <<https://www.dfa.ie/our-role-policies/northern-ireland/the-good-friday-agreement-and-today/>>. Acesso em nov. 2019.

Disponível em: <<https://www.royal.uk/queen-and-government>>. Acesso em set. 2019.

Disponível em: <<https://www.ukela.org/UKposition>>. Acesso em out. 2019.

EDUCATION.NIASSEMBLY. Disponível em: <http://education.niassembly.gov.uk/post_16/snapshots_of_devolution/gfa>. Acesso em out. 2019.

ESTADAO. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/a-relacao-tumultuada-entre-escocia-e-reino-unido/>>. Acesso em nov. 2019.

EUROPARL. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/euratom-treaty>>. Acesso em nov. 2019.

HISTORIADOMUNDO. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/igreja-anglicana-e-a-reforma-na-inglaterra.htm>>. Acesso em out. 2019.

INSTITUTEFORGOVERNMENT. Disponível em: <<https://www.instituteforgovernment.org.uk/explainers/withdrawal-agreement-bill>>. Acesso em out. 2019.

INSTITUTEFORGOVERNMENT. Disponível em: <<https://www.instituteforgovernment.org.uk/our-work/brexit>>. Acesso em out. 2019.

IPLEIRIA. Disponível em: <<https://www.ipleiria.pt/sdoc/reference-service/artigo-50-do-tratado-da-uniao-europeia-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em set. 2019.

IPSOS. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/sites/default/files/migrations/en-uk/files/Assets/Docs/Polls/ipsos-mori-northern-ireland-border-poll-2016-tables.pdf>>. Acesso em set. 2019.

LEGISLATION. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1998/46>>. Acesso em set. 2019.

NISIS. Disponível em: <<http://www.ninis2.nisra.gov.uk/public/Home.aspx>>. Acesso em out. 2019.

NISRA. Disponível em: <<https://www.nisra.gov.uk/statistics/2011-census/results>>. Acesso em set. 2019.

PROJEKTER. Disponível em: <<https://projekter.aau.dk/projekter/files/14405753/thesis.pdf>>. Acesso em nov. 2019.

PUBLICATIONS.PARLIAMENT.UK. Disponível em: <<https://publications.parliament.uk/pa/cm200809/cmselect/cmjust/529/52902.htm>>. Acesso em out. 2019.

PUBLICATIONS.PARLIAMENT.UK. Disponível em: <<https://publications.parliament.uk/pa/cm200809/cmselect/cmjust/529/52905.htm>>. Acesso em set. 2019.

PUBLICATIONS.PARLIAMENT.UK. Disponível em: <<https://publications.parliament.uk/pa/cm200809/cmselect/cmjust/529/52908.htm#a32>>. Acesso em out. 2019.

REUTERS. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-britain-eu-letter-text/british-pm-may-requests-three-month-brexit-extension-idUSKCN1R11GW>>. Acesso em dez. 2019.

ROYAL. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20080118231241/http://www.royal.gov.uk/output/Page4691.asp>>. Acesso em nov. 2019.

SCOTLANDNOW. Disponível em: <<http://www.scotlandnow.dailyrecord.co.uk/news/referendum-results-turnout-record-high-4286461>>. Acesso em out. 2019.

SITE UK. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/devolution-settlement-wales>>. Acesso em out. 2019.

SITE. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/devolution-of-powers-to-scotland-wales-and-northern-ireland>>. Acesso em set. 2019.

SNP. Disponível em: <<https://www.snp.org/our-vision/constitution/>>. Acesso em out. 2019.

THEATLANTIC. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2019/08/scottish-independence-and-brexit/595234/>>. Acesso em nov. 2019.

THEBRITISHACADEMY. Disponível em: <<https://www.thebritishacademy.ac.uk/sites/default/files/Scotland%20and%20the%20United%20Kingdom%20report%20september%202012.pdf>>. Acesso em nov. 2019.

THEBRITISHACADEMY. Disponível em: <<https://www.thebritishacademy.ac.uk/sites/default/files/Scotland%20and%20the%20United%20Kingdom%20report%20september%202012.pdf>>. Acesso em nov. 2019.

THECONVERSATION. Disponível em: <<https://theconversation.com/brexit-is-a-rejection-of-the-good-friday-agreement-for-peace-in-northern-ireland-114965>>. Acesso em nov. 2019.

THECONVERSATION. Disponível em: <<https://theconversation.com/us/topics/brexit-negotiations-29088>>. Acesso em nov. 2019.

THEGUARDIAN. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/blog/live/2018/nov/25/brexit-eu-summit-deal-theresa-may-leaders-meet-for-emergency-summit-to-sign-off-uks-withdrawal-agreement-politics-live>>. Acesso em nov. 2019.

THEGUARDIAN. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2007/feb/08/scotland.britishidentity>>. Acesso em nov. 2019.

THEGUARDIAN. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2019/jul/25/nicola-sturgeon-calls-for-new-scotland-independence-vote>>. Acesso em nov. 2019.

THESUN. Disponível em: <<https://www.thesun.co.uk/news/brexit/6734806/theresa-may-resigned-brexit-deal/>>. Acesso em nov. 2019.

TRIBUNEMAG. Disponível em: <<https://tribunemag.co.uk/2019/06/20-years-of-welsh-devolution>>. Acesso em nov. 2019.

UFMG. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1348>>. Acesso em nov. 2019.

UFMG. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1348/1280>>. Acesso em nov. 2019.

UFMG. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/issue/view/90>>. Acesso em nov. 2019.

UK. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/pm-brexite-negotiations-statement-21-september-2018>>. Acesso em nov. 2019.

UK. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/devolution-settlement-scotland>>. Acesso em nov. 2019.

UK. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/devolution-settlement-wales>>. Acesso em nov. 2019.

UK. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/devolution-settlement-northern-ireland>>. Acesso em nov. 2019.

UK. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/devolution-settlement-scotland>>. Acesso em nov. 2019.

UK.SAGEPUB. Disponível em: <<https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/brexit-academics>>. Acesso em nov. 2019.

UKANDEU. Disponível em: <<https://ukandeu.ac.uk/>>. Acesso em nov. 2019.

UKANDEU. Disponível em: <<https://ukandeu.ac.uk/good-friday-agreement-why-it-matters-in-brexit/>>. Acesso em nov. 2019.

UKANDEU. Disponível em: <<https://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2019/01/Public-Opinion-2019-report.pdf>>. Acesso em nov. 2019.

WEB.ANGLIA. Disponível em: <<https://web.anglia.ac.uk/anet/rido/research/ref/UKParliamentandResearch.pdf>>. Acesso em nov. 2019.

YOUTUBE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rMFBYYsZZz4>>. Acesso em nov. 2019.